

**Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade
e Egressas do Sistema Prisional
Triênio 2024/2027**

SÃO PAULO

2024

TARCÍSIO DE FREITAS

Governador do Estado de São Paulo

MARCELLO STREIFINGER

**Secretário de Estado da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo
(SAP)**

CAROLINA PASSOS BRANQUINHO MARACAJÁ

Coordenadora de Reintegração Social e Cidadania (CRSC)

YARA NÓBREGA TOSCANO

Diretora do Departamento de Atenção à Pessoa Egressa e Família (DAEF)

MARIA APARECIDA GOBATO LOPES CASTRO

Diretora do Grupo de Ações de Reintegração Social (GARS)

COMITÊ DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE E EGRESSA DO SISTEMA PRISIONAL

Carolina Maracajá, Presidente; Kely Hapuque Cunha Fonseca, Vice-Presidente; Luiz Henrique Negrão, Diretor Técnico III, do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima” I de Franco da Rocha - Titular; Eliana Dalla Vecchia, Assistente Técnico do Coordenador de Saúde, 1ª Suplente; Simone Pacheco Gomide da Silva, Diretor Técnico de Saúde III do Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional - GPGASPP, 2ª Suplente; Yara Nóbrega Toscano, Diretor Técnico III, Departamento de Atenção ao Egresso e Família- Titular; Maria Aparecida Gobato Lopes Castro, Diretor Técnico de Saúde III Grupo de Ações de Reintegração Social- Suplente; Felipe Oliveira Lisboa Goes, Diretor Técnico III, do Centro de Detenção Provisória Feminino de Franco da Rocha - Titular; Nívia Claudia Firmino Pedro, Diretora Técnico II do Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista – Suplente; Daniele de Freitas Melo, Diretor Técnico III, da Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu - Titular; Joseane Maria Santos Leite Teixeira, Diretor Técnico III da Penitenciária Feminina “Oscar Garcia Machado” de Votorantim – Suplente; Ludimila Martins Pombo Albanese, Diretor Técnico III, da Penitenciária Feminina "Santa Maria Eufrásia Pelletier", de Tremembé - Titular; Fábio Brandão Martins, Diretor Técnico III, da Penitenciária Feminina II de Tremembé – Suplente; Graziella Fernanda Rodrigues, Diretor Técnico III, da Penitenciária Feminina "Sandra Aparecida Lario Vianna” de Pirajuí - Titular; Ana Carolina Sorrentino dos Santos Manzato, Agente de Segurança Penitenciária de Classe IV, Designada na função de Supervisor Técnico III da Penitenciária Feminina “Sandra Aparecida Lário Vianna” de Pirajuí- Suplente; Adriana Alkmin Pereira Domingues, Diretor Técnico III, da Penitenciária Feminina de Tupi Paulista - Titular; Cleuza Casconi, Agente Técnico de Atendimento à Saúde, Penitenciária Feminina de Tupi Paulista – Suplente; Gisseli Durant Tezolin e Silva, Assessora - Titular; Ana Paula Bento da Silva, Ouvidora, Suplente; Sheila Graciani Gomes, Analista Sociocultural Bibliotecário-Titular; Hellen Cristina da Silva, Diretor do Núcleo de Coordenação de São Paulo e Grande São Paulo, 1ª Suplente; Graceli Aparecida Alves, Assessor Técnico III, 2ª Suplente; Eunice Rosa Godinho, Superintendente de Atendimento e Promoção Humana - Titular; Maronildes Ribeiro da Silva Vitorazzo, Gerente de Recursos Humanos, Suplente; Raquel Gameiro, Agente Técnico de Assistência à Saúde (Psicóloga) no Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista; Larissa da Silva Turollo, Diretor Técnico II da Região Metropolitana – Suplente.

SUMARIO

1.APRESENTAÇÃO DO PLANO	05
1.1 Das Diretrizes para a Política das Mulheres Privadas de liberdade e Egressa no Sistema Prisional Estadual	05
1.2 Dos objetivos	05
2.DIAGNÓSTICO DO SISTEMA PRISIONAL DESTINADO ÀS MULHERES NO ESTADO	07
2.1 Cenário do sistema prisional feminino estadual	09
3.DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATENÇÃO ÀS MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL E SEUS FAMILIARES	27
4.GESTÃO	33
5.PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO	36
6.REDES PARCEIRAS	37
7.PLANO DE AÇÃO	49
7.1 Eixo Gestor	49
7.1.1 Comitê Gestor	
7.1.2 Base de Dados	
7.1.3 Lotação das mulheres privadas de liberdade	
7.2 Eixo Promoção da Cidadania	52
7.2.1 Assistência Social	
7.2.2 Assistência Material	
7.2.3 Assistência à Saúde	
7.2.4 Assistência à Educação, Cultura e Esporte	
7.2.5 Assistência ao Trabalho e Renda	
7.2.6 Assistência Jurídica	
7.2.7 Assistência Religiosa	
7.3 Eixo Maternidade e Infância	83
7.4 Eixo Modernização do Sistema Prisional	84
7.5 Eixo Formação e Capacitação de Servidores	85
8.MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	87
9.ANEXOS	88

1. APRESENTAÇÃO DO PLANO

O plano estadual de atenção às mulheres privadas de liberdade e egressas busca demonstrar a efetivação das políticas públicas nacionais e estaduais voltadas ao público feminino encarcerado, e em cumprimento de medida de segurança ou egresso. Tem a finalidade ainda de apresentar os principais objetivos dos trabalhos e das ações específicas, continuadas e de aprofundamento acerca do encarceramento feminino no Estado de São Paulo, bem como, apontar as competências a serem desenvolvidas nas Unidades Prisionais, nas Coordenadorias Regionais e na Administração Superior da Secretaria da Administração Penitenciária.

Para tanto, serão consideradas as particularidades das mulheres privadas de liberdade e egressas, com vistas às legislações vigentes, objetivando oferecer atenção integral à população carcerária feminina e a confirmar as diretrizes estabelecidas.

1.1 Das diretrizes para a Política das Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas no sistema prisional estadual

Diante da Implementação do Plano Estadual, desde os biênios anteriores, a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo tem atuado segundo a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) e estabelecido diretrizes estaduais, para atuação local, pautadas em:

- I** – Prevenção de violência contra às mulheres em situação de privação de liberdade, em cumprimento aos instrumentos legais, nacionais e internacionais, relativos ao tema, ratificados pelo Estado Brasileiro;
- II** – Fortalecimento da atuação conjunta e articulada com diversos órgãos estaduais dos Poderes Executivo e Judiciário, especialmente, com a Secretaria de Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho, Defensoria Pública do Estado, Fundação “Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel” (FUNAP), entre outros;

- III** – Tratativas junto a sociedade civil com base no controle social desta política, ainda organizando ações, planos, programas, projetos e atividades voltadas às mulheres presas e egressas;
- IV** – Busca por ações focadas na humanização das condições do cumprimento da pena, observando os direitos à saúde, educação, alimentação, trabalho, segurança, proteção à maternidade e à infância, lazer, esportes, assistência jurídica, atendimento psicossocial etc.;
- V** – Atenção às normas e procedimentos direcionados às especificidades das mulheres, no que tange a gênero, idade, etnia, sexualidade, nacionalidade, escolaridade, maternidade, religiosidade, deficiências e outros aspectos relevantes;
- VII** – Incentivos à elaboração de estudos e pesquisas científicas, bem como, organização e divulgação de dados, visando à consolidação de informações penitenciárias sob a perspectiva de gênero;
- VIII** – Formação e capacitação permanente de profissionais vinculados ao sistema prisional, por meio de cursos periódicos com matriz curricular direcionada à temática de gênero e encarceramento;
- IX** – Construção e adaptação de unidades prisionais, exclusivas e regionalizadas, para o público feminino;
- X** – Identificação e monitoramento da condição de presas provisórias com medidas que priorizem o atendimento jurídico e a tramitação processual;
- XI** – Desenvolvimento, por meio da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania desta secretaria, de ações que visem a assistência às pré-egressas e egressas do Sistema Prisional, com orientação e acesso às políticas públicas de proteção social, trabalho e renda.

1.2 Objetivos

Os objetivos do Plano Estadual foram delineados seguindo-se as diretrizes da Política Nacional, bem como, de acordo com as possibilidades encontradas junto à rede parceira, em sua maioria, componentes do Comitê Estadual, sendo eles:

- I** – Garantir às unidades prisionais femininas adoção de práticas institucionais, observadas às particularidades de gênero, sexualidade, etnia e diversidade;
- II** – Garantir atendimento básico de saúde para as mulheres do sistema prisional do Estado de São Paulo, bem como, atendimento específico de saúde às mulheres pertencentes a população LGBTQI+;
- III** – Fiscalizar o cumprimento das normas nacionais e internacionais de proteção à mulher presa e egressa;
- IV** – Executar medidas intersetoriais voltadas ao atendimento de mulheres presas com transtornos mentais;
- V** – Adotar normas e procedimentos de segurança diferenciados às mulheres gestantes, lactantes e mães com seus filhos, garantindo estrutura física adequada, serviços jurídicos e atenção à criança durante a permanência dela na unidade prisional;
- VI** – Garantir aos filhos das mulheres presas acesso efetivo às políticas públicas durante a permanência deles na unidade prisional;
- VII** – Estabelecer práticas humanizadas voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários da mulher encarcerada;
- VIII** – Capacitar permanentemente os servidores das unidades prisionais femininas;
- IX** – Estimular o desenvolvimento de pesquisas e estudos no âmbito do encarceramento feminino;
- X** – Aprimorar a coleta e registro de dados sobre mulheres presas no Estado de São Paulo;
- XI** – Desenvolver ações integradas com outros órgãos públicos estaduais, visando a complementação e inserção de políticas sociais voltadas às mulheres presas e ao seu núcleo familiar;
- XII** – Buscar novas parcerias com outros órgãos, entidades e organizações sociais, visando o aperfeiçoamento do Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Estado de São Paulo.

2. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA PRISIONAL DESTINADO ÀS MULHERES NO ESTADO

O encarceramento feminino no Estado de São Paulo, assim como nos demais Estados Federativos teve um aumento sobremaneira entre os anos de 2000 e 2010, diante deste cenário, com o intuito de acompanhar essa evolução no aprisionamento, iniciou-se um plano de expansão com a construção de unidades femininas visando atender toda a especificidade de gênero, visto que as unidades à época, eram masculinas sendo adaptadas para a custódia de mulheres.

Assim, em 2011 foram entregues as primeiras unidades prisionais projetadas exclusivamente para população carcerária feminina, sendo estas equipadas com pavilhões escolares, de trabalho, ala de amamentação, creche e pavilhão de visita íntima.

Nesse ínterim, temos que em 2018 houve a decisão do Habeas Corpus Coletivo 143.641/SP, onde o STF concedeu ordem determinando a substituição da prisão preventiva pela domiciliar [...] de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, [...] excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes, refletindo assim, na diminuição no número de mulheres recolhidas nas instituições penais do Estado.

Atualmente o estado de São Paulo conta com 19 (dezenove) unidades prisionais femininas, sendo duas delas mista, conforme segue:

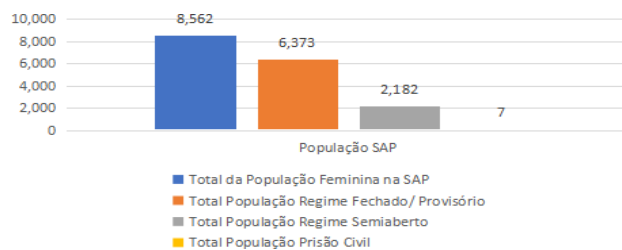
- 02 Centros de Progressão Penitenciária, unidade exclusiva para cumprimento de pena em regime semiaberto;
- 01 Centro de Detenção Provisória, unidade exclusiva para recolhimento de pessoas que aguardam o deslinde da situação processual;
- 05 Centros de Ressocialização, unidades destinadas às pessoas presas que apresentam bom comportamento, que não seja integrante de organização e/ou facção criminosa, possuindo condenação até 10 anos, tanto em regime fechado como em regime semiaberto ou ainda, prisão preventiva;
- 09 Penitenciárias, unidades destinadas a custódia de pessoas condenadas em regime fechado, em prisão preventiva. Sendo que algumas dessas unidades possuem Ala de Progressão Penitenciária para custódia de pessoas em cumprimento de pena em regime semiaberto e ainda Pavilhão para custódia de pessoas em Prisão Civil;

- 01 Centro de Readaptação Penitenciária / Regime Disciplinar Diferenciado: unidade mista exclusiva para custódia de presos que cometem dentro do sistema penitenciário.

2.1 Cenário do Sistema Prisional Feminino de São Paulo

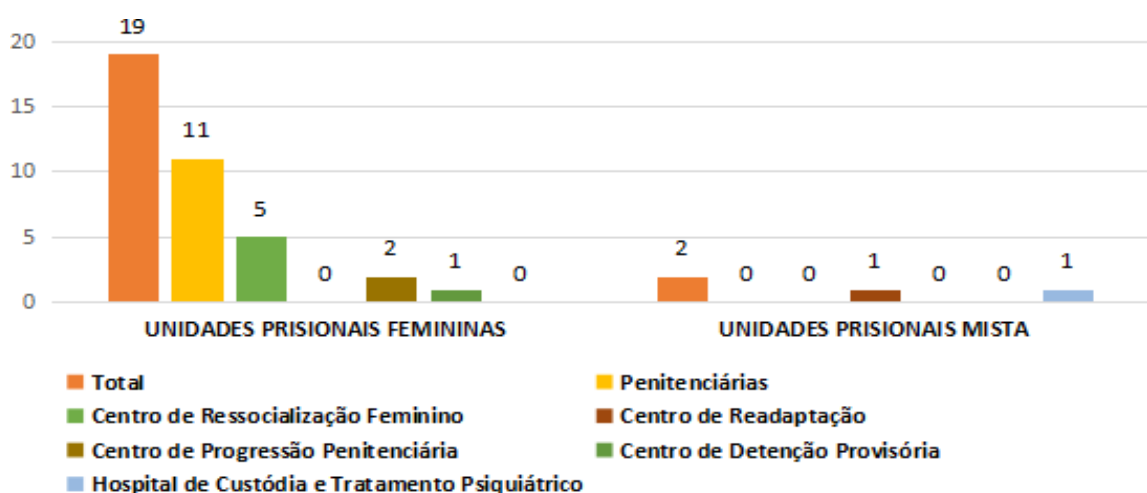
De acordo com o levantamento da Secretaria Nacional de Políticas Penitenciária, referência dezembro de 2023, o estado de São Paulo contava com 8.562 mulheres em cumprimento de pena, sendo que cerca de 74,43% fazem parte do regime fechado/provisório e 25,48% inseridas em regime semiaberto, conforme demonstra o Gráfico 1:

Gráfico 1: Quantidade de MPL na SAP e Regime de cumprimento de penas



Fonte: SISDEPEN, 2023

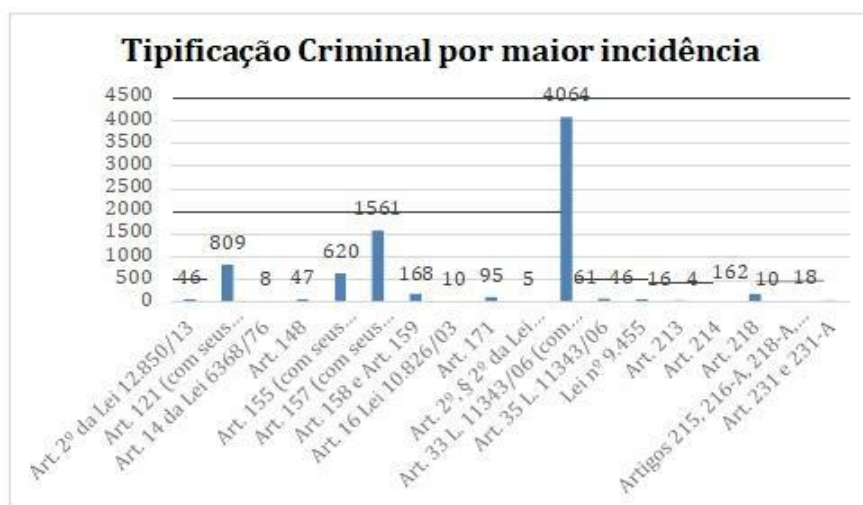
Gráfico 2 -Tipos e quantidades de estabelecimentos prisionais exclusivos femininos e mistos do estado de São Paulo



Fonte: SISDEPEN, 2023

É relevante informar ainda que existe grande influência do contexto social na incidência criminal das mulheres, haja vista que a grande maioria diante das entrevistas semiestruturadas, relatam históricos de dificuldades na formação educacional, financeira, violência doméstica, alcoolismo, dependência química, abuso sexual, prostituição, maternidade precoce, envolvimento de familiares presos.

Gráfico 3 - Tipificação criminal estabelecimentos prisionais exclusivos femininos e mistos do estado de São Paulo



Fonte: SISDEPEN, 2023

Importante frisar que os estabelecimentos prisionais femininos do estado de São Paulo, em sua maioria operam abaixo da sua capacidade de lotação, bem como demonstrar ainda o perfil sociográfico da mulher presa no estado de São Paulo, levando-se em consideração as questões sociais que as cercam.

Tabela 1 - Capacidade de vagas por Coordenadorias Regionais da SAP e porcentagem de ocupação por estabelecimento

	CSSP	CENTRAL	COREVAL I	COREMETRO	NOROESTE	OESTE
Total de Vagas	90	2.496	1.481	5.510	2.179	1.044
Percentual de Lotação	81,11%	67,67 %	69,55%	61,40%	70,58%	81,32%

Fonte: SISDEPEN, 2023

Tabela 2 - Quantidade de mulheres por faixa etária

Faixa Etária até 24 ANOS	Faixa etária 25 e 29 anos	Faixa etária 30 e 34 anos	Faixa etária 35 e 39 anos	Faixa etária 40 e 45 anos	Faixa etária 46 e 49 anos	Faixa etária 50 e 55 anos	Faixa etária 56 e 59 anos	Faixa etária 60 e 70 anos	Faixa etária acima de 70 anos	Outras
1145	1512	1457	1373	1268	542	388	136	133	16	592

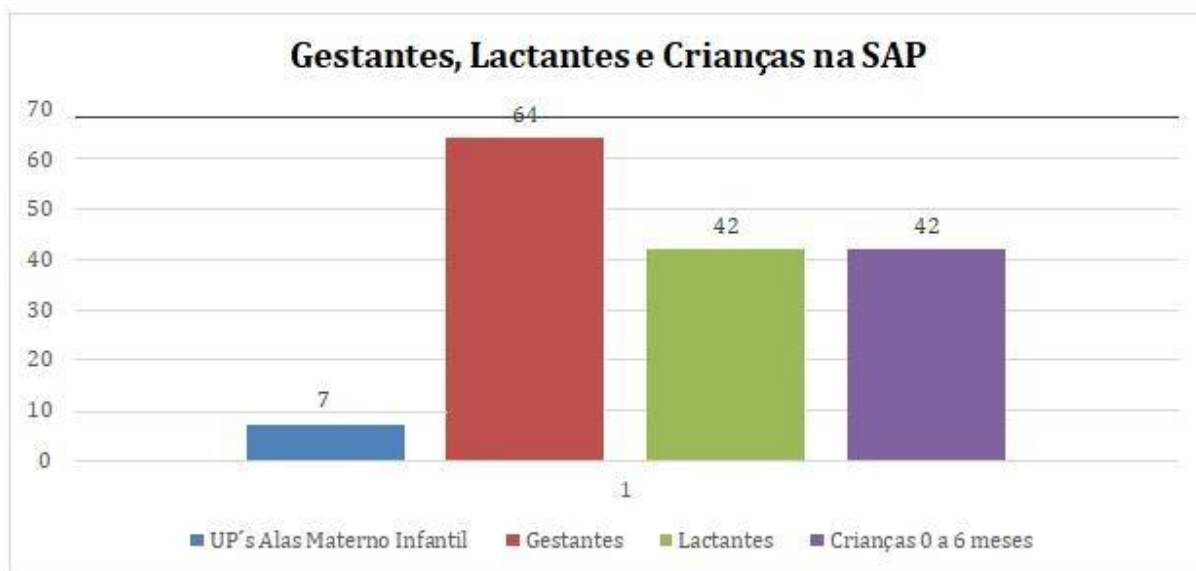
Fonte: SISDEPEN, 2023

Tabela 3 - Quantidade de mulheres por grau de escolaridade

Nº MPL Analfabetas	Nº de MPL com Ensino Fundamental Completo	Nº de MPL com Ensino Fundamental Incompleto	Nº de MPL com Ensino Médio Completo	Nº de MPL com Ensino Médio <u>Incompleto</u>	Nº de MPL com Ensino/Curso Técnico	Nº de MPL com Ensino Superior Completo	Nº de MPL com Ensino Superior <u>Incompleto</u>	Outros
46	766	3024	2157	1628	320	189	208	224

Fonte: SISDEPEN, 2023

Gráfico 4 - Quantidade de mulheres gestantes e crianças em Ala Materno Infantil



Fonte: SISDEPEN, 2023

Tendo como data base dezembro/2023, no estado de São Paulo constava 64 mulheres grávidas e 42 mulheres acompanhadas por seus filhos nas unidades que possuem Ala Materno Infantil, dentre as quais estão: Penitenciária Feminina da Capital, em regime semiaberto, e a seguir as Penitenciárias Femininas de Santana, Mogi Guaçu, Votorantim, Tupi Paulista, Tremembé II e Pirajuí. Cabe acrescentar ainda que a alimentação oferecida a esta mulher privada de liberdade difere na quantidade das demais servidas, tendo em vista a peculiaridade do momento estabelecido.

No que concerne às refeições servidas a população prisional, importante destacar que segue o determinado pelo Ofício Circular GS SAP, de 23 de março de 2022, que instituiu o cardápio padrão no Estado de São Paulo que especifica cada tipo e produto alimentício, levando-se em consideração ainda seus valores nutricionais. São servidas diariamente, 04 (quatro) refeições, sendo: às 06h30min desjejum/café da manhã; às 11h, almoço; às 16h30min, jantar e ceia, conforme preceitua a Resolução SOG-9/2021. A alimentação segue o cardápio padronizado em âmbito Estadual, com alimentação balanceada e de boa qualidade, com supervisão diária dos funcionários do referido setor, servido individualmente, a cada pessoa presa; exceção às reeducandas idosas, grávidas e lactantes, as quais recebem uma

quinta alimentação por volta das 20hs. Nas dietas especiais por questões de saúde, as portadoras do vírus HIV e tuberculose, hipertensas, entre outros casos específicos, quando prescrito, recebem alimentação balanceada/diferenciada. Sendo que, recebem 1 litro de leite por dia e 1 refeição adicional após o jantar.

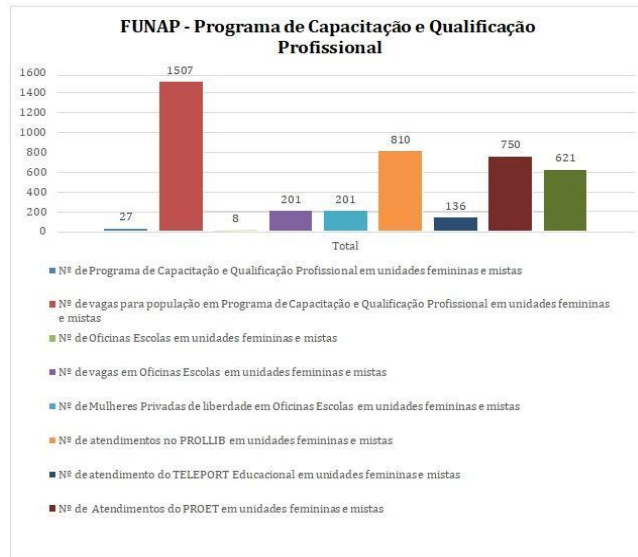
É importante destacar ainda o referendado com relação à alimentação dos bebês, levando-se em conta que após o sexto mês deverá deixar o ambiente prisional, agindo de forma decisiva na preparação dessa quebra de convívio da relação mãe e filho, com a finalidade de minimizar o impacto e o sofrimento gerado por esse momento, pensando na efetividade da preparação da separação, visando minimizar gradativamente a interrupção da alimentação restrita ao leite materno, é ofertada alimentação complementar, como sucos, “papa doce”, “papa salgada” e fórmulas infantis destinadas a substituir o leite materno.

Dentre os atendimentos às reeducandas e seus bebês, enquanto Núcleo de Atendimento à Saúde, são realizadas as seguintes atividades:

- Atendimento à saúde da criança: Puericultura com orientação e incentivo ao aleitamento materno, vacinação, teste do pezinho, teste da orelhinha, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança, com atendimentos mensais pelo pediatra.
- Assistência à saúde da mulher: Contracepção, pré-natal e puerpério; assistência às doenças ginecológicas prevalentes, coleta de papanicolau colposcopia e biópsia de colo uterino, diagnóstico e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de doenças da mama (orientação sobre auto-exame da mama e exames complementares se necessário).
- Aplicação de vacinas. As vacinas são disponibilizadas a todas as gestantes e bebês conforme calendário vacinal, nas demais reeducandas a vacinação é realizada na forma de campanhas (Hepatite B; Influenza; Tríplice viral; Febre Amarela).
- Exames laboratoriais.

A “Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP”, desenvolve políticas públicas junto às unidades prisionais para a reintegração social de pessoas privadas de liberdade por meio de seus programas e projetos sociais, ofertando assistência jurídica, formação social e profissional, postos de trabalho e atividades culturais aos (as) reeducandos(as) do Estado de São Paulo, promovendo a reinserção social do(a) apenado(a).

Gráfico 5 – Programa de Capacitação e Qualificação Profissional aplicado estabelecimentos prisionais exclusivos femininos e mistos do estado de São Paulo, pela FUNAP



Fonte: FUNAP, 2023

Tabela 4 - Quantidade de mulheres cursando atividades escolares e em atividade laboral

Nº de Mulheres privadas de liberdade ESTUDANDO	MPL Cursando do FUND - CICLO I	MPL Cursando do FUND - CICLO II	MPL Cursando do ENSINO MEDIO	MPL em Curso Técnico	MPL Cursando o ENSINO SUPERIOR	Nº de Mulheres privadas de liberdade TRABALHANDO	Nº de Mulheres privadas de liberdade Sem Atividade/Outras
1816	177	506	614	323	30	2901	2195

Fonte: SISDEPEN, 2023

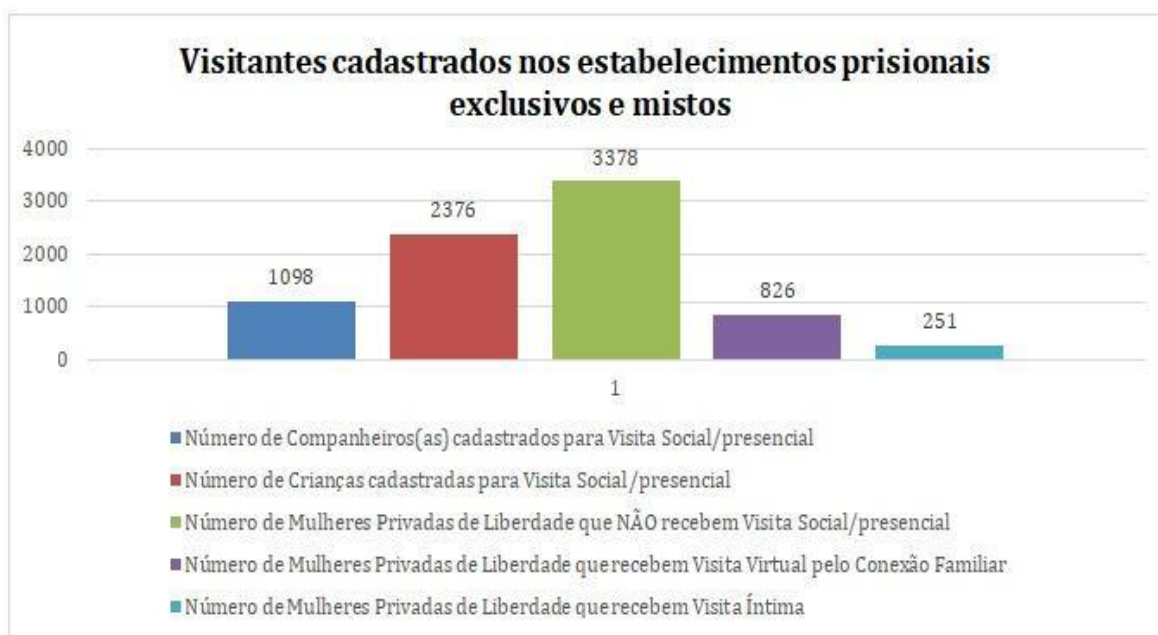
Tabela 5 – Levantamento dos espaços de atividades escolares

Nº de salas de aulas existentes na UP	Nº de salas de aulas utilizadas	Nº de Cadeiras em todas as salas	Nº de Salas de Leituras	Nº de Matrículas Ativas	Nº de Docentes contratados pela SEE	Ensino na modalidade EAD
138	115	2890	33	1332	166	Ensino Superior Mackenzie (Plataforma Moodle) CPP São Miguel Paulista e P. Feminina da Capital

Fonte: SISDEPEN, 2023

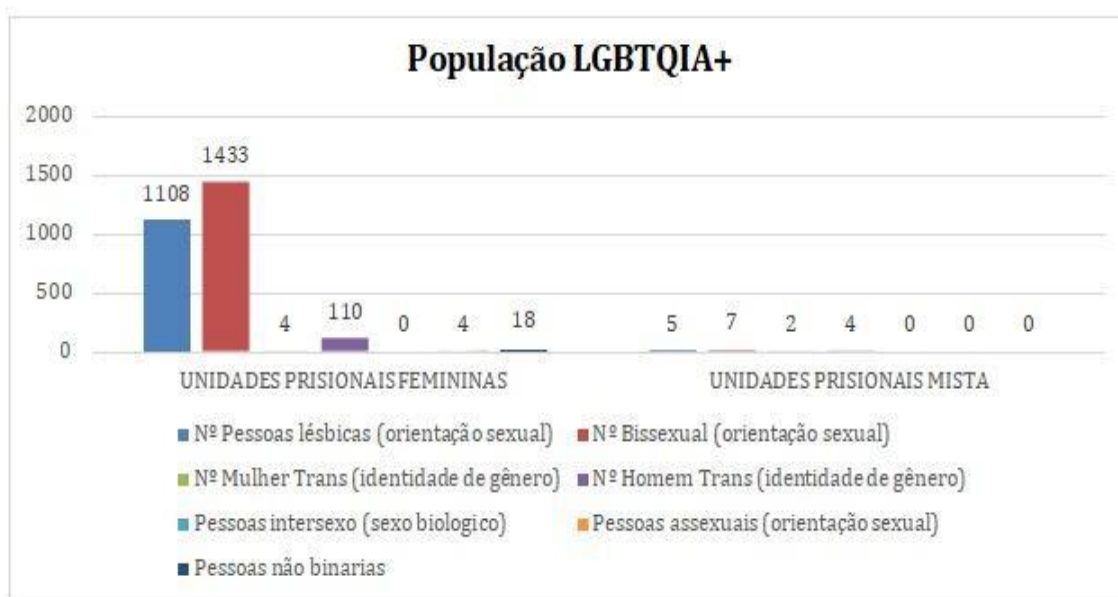
Dando-se sequência às estimativas relacionadas à prisão de mulheres e diversidades apresentamos os seguintes levantamentos, tendo como data base dezembro/2023.

Gráfico 6 - Quantidade de visitantes cadastrados nos estabelecimentos prisionais exclusivos e mistos



Fonte: SISDEPEN, 2023

Gráfico 7 - Acerca da quantidade de População LGBTQIA+ na SAP



Fonte: SISDEPEN, 2023

Cabe informar que, nas unidades mistas do Centro de Readaptação Penitenciária e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico há espaços específicos, distintos entre mulheres e homens.

No tocante às assistências religiosas, é importante citar a Resolução SAP - 151, de 26-12-2018 que reedita e modifica com alterações a Resolução SAP - 69, de 31-3-2010, disciplinando o credenciamento de entidades religiosas e organizações não governamentais, e de seus representantes.

Tabela 6 – Acerca da Assistência de Entidades Religiosas credenciadas nos estabelecimentos prisionais exclusivos e mistos

UNIDADES PRISIONAIS	Possui assistência Religiosa?	Igreja Católica	Igreja Evangélica	Candomblé	Umbanda	Espírita
Centro de Ressocialização Feminino de Araraquara	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina de Campinas	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina da Capital	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico I de Franco da Rocha	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM

UNIDADES PRISIONAIS	Possui assistência Religiosa?	Igreja Católica	Igreja Evangelica	Candombl e	Umbanda	Espírita
Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina de Pirajuí	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Centro de Ressocialização Feminino de São José Rio Preto	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina de S'antana	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Centro de Ressocialização Feminino de São José dos Campos	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Penitenciária Feminina I de Tremembé	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM

Penitenciária Feminina II de Tremembé	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Penitenciária Feminina de Tupi Paulista	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Penitenciária Feminina de Votorantim	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM

No momento da elaboração deste plano, foram registrados 12.633 atendimentos jurídicos, sendo, distribuídos entre as unidades prisionais femininas do estado, conforme segue a tabela.

Tabela 7 – Acerca da Assistência jurídica nos estabelecimentos prisionais exclusivos e mistos

UNIDADES PRISIONAIS	Possui assistência Jurídica	Programa PróJUS FUNAP	Defensoria Pública DPESP	Outras (especificar)
Centro de Ressocialização Feminino de Araraquara	SIM	SIM	SIM	Particular
Penitenciária Feminina de Campinas	SIM	SIM	SIM	Particular
Penitenciária Feminina da Capital	SIM	SIM	SIM	Particular
Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha	SIM	SIM	SIM	Particular

UNIDADES PRISIONAIS	Possui assistência Jurídica	Programa PróJUS FUNAP	Defensoria Pública DPESP	Outras (especificar)
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico I de Franco da Rocha	SIM	SIM	SIM	Particular
Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu	SIM	SIM	SIM	Particular
Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba	SIM	SIM	SIM	Particular
Penitenciária Feminina de Pirajuí	SIM	SIM	SIM	Particular
Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes	SIM	NÃO	NÃO	Particular
Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro	SIM	SIM	SIM	Particular
Centro de Ressocialização Feminino de São José Rio Preto	SIM	SIM	SIM	Particular
Penitenciária Feminina de S'antana	SIM	SIM	SIM	Particular
Centro de Ressocialização Feminino de São José dos Campos	SIM	SIM	SIM	Particular

UNIDADES PRISIONAIS	Possui assistência Jurídica	Programa PróJUS FUNAP	Defensoria Pública DPESP	Outras (especificar)
Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista	SIM	NÃO	SIM	Particular
Penitenciária Feminina I de Tremembé	SIM	SIM	SIM	Particular
Penitenciária Feminina II de Tremembé	SIM	SIM	SIM	Particular
Penitenciária Feminina de Tupi Paulista	SIM	NÃO	SIM	Particular
Penitenciária Feminina de Votorantim	SIM	SIM	SIM	Particular

Sobre a assistência à saúde, nos estabelecimentos prisionais exclusivos femininos e mistos, são desenvolvidas diversas atividades no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

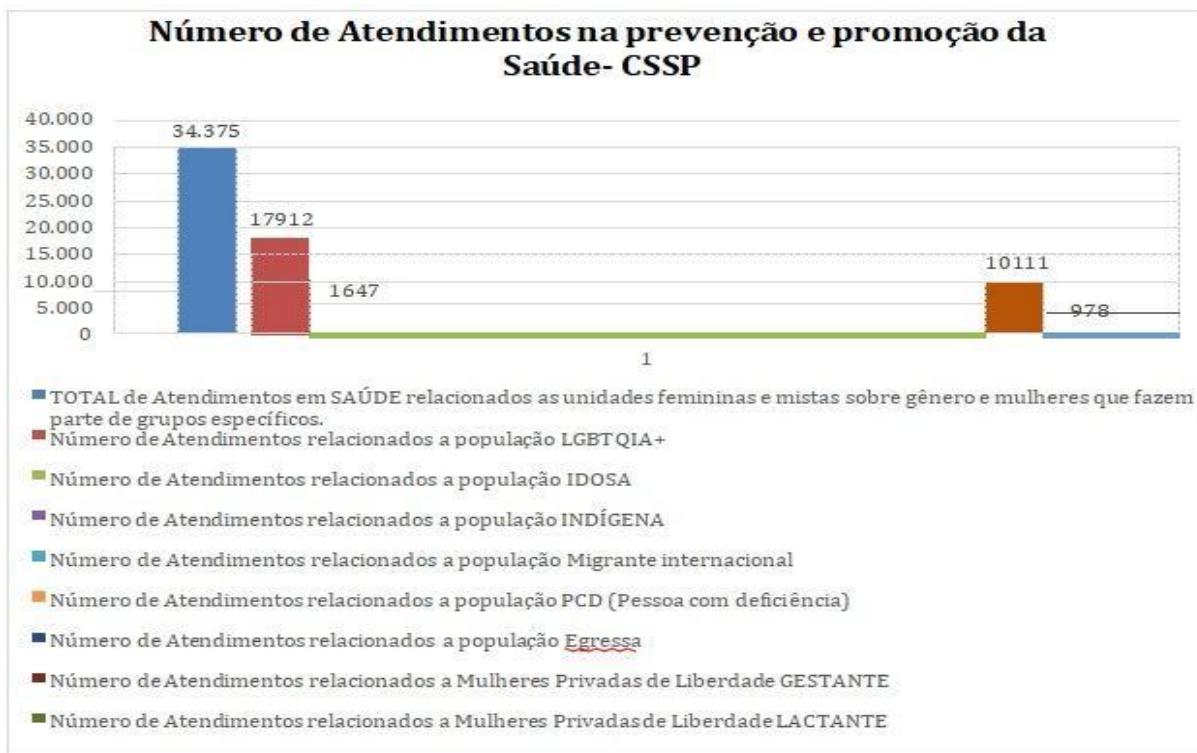
Tais atividades são desenvolvidas por equipe multidisciplinar envolvendo enfermeiro, auxiliar de enfermagem, psiquiatra, dentista e além de ginecologista/obstetra, clínico geral e pediatra.

Dentre os atendimentos às reeducandas, enquanto Núcleo de Atendimento à Saúde, são realizadas as seguintes atividades:

- Controle da tuberculose: Prevenção, diagnóstico e tratamento.
- Controle de diabetes e hipertensão arterial: ***Hiperdia*** - controle mensal de peso, circunferência abdominal, pressão arterial, glicemia capilar, exames laboratoriais complementares, dispensação de medicamentos e orientações.
- Dermatologia: Exames dermatológicos para diagnóstico de hanseníase.
- Atendimento e acompanhamento de pacientes com distúrbios psiquiátricos.

- Atividades educativas de prevenção e de promoção da saúde, individual e coletiva.
- Acompanhamento de pacientes idosos.
- Atendimento à saúde da criança: Puericultura com orientação e incentivo ao aleitamento materno, vacinação, teste do pezinho, teste da orelhinha, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança, com atendimentos mensais pelo pediatra.
- Assistência à saúde da mulher: Contracepção, pré-natal e puerpério; assistência às doenças ginecológicas prevalentes, coleta de papanicolau colposcopia e biópsia de colo uterino, diagnóstico e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de doenças da mama (orientação sobre auto-exame da mama e exames complementares se necessário).
- Acompanhamento de portadoras do vírus HIV: Todas as reeducandas portadoras do vírus HIV fazem uso de terapia antirretroviral , acompanhamento mensal com controle de peso, coleta trimestral de CD4 e Carga viral, exames complementares semestrais (hemograma, glicemia, avaliação hepática e renal (uréia, creatinina, sódio, potássio, TGO, TGP, exame básico de urina), testes para hepatites virais e sífilis, sorologia para toxoplasmose, dosagem de lipídios. É fornecida alimentação complementar às 20:00 hs e 01 litro de leite por dia.
- Aplicação de vacinas. As vacinas são disponibilizadas a todas as gestantes e bebês conforme calendário vacinal, nas demais reeducandas a vacinação é realizada na forma de campanhas (Hepatite B; Influenza; tríplice viral; Febre Amarela).
- Exames laboratoriais.
- Teste rápido para detecção de HIV, sífilis, hepatite B e C.
- Colposcopia (diagnóstico de alterações uterina).
- Campanha de Mulheres de Peito, com a realização de mamografia e ultrassom.
- Na Penitenciária Feminina de Tupi Paulista, através da ginecologista Dra. Maria Abadia Rezende Mizuno, se realiza exames de colposcopia e biópsia de colo uterino, e junto aos bebês, a Triagem Auditiva Neonatal, mais conhecido por Teste da Orelhinha.

Gráfico 8 – Números de Atendimentos na prevenção e promoção em Saúde estabelecimentos prisionais exclusivos femininos e mistos do estado de São Paulo



Fonte: SISDEPEN, 2023

As estruturas das unidades prisionais no estado de São Paulo seguem diversos modelos, existindo unidades que foram adaptadas para atender a especificidade da mulher presa, bem como já citado anteriormente, aquelas que foram construídas especificamente para tal finalidade, conforme SISDEPEN, 2023.

Tabela 8- Levantamento de espaços, equipamentos bibliotecas, unidades de saúde, oficinas e espaços para trabalho por estabelecimento penal

UNIDADES PRISIONAIS	Pavilhão Escolar	Biblioteca	Pavilhão Trabalho	Unidade Básica de Saúde	Cozinha
Centro de Ressocialização Feminino de Araraquara	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina de Campinas	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Penitenciária Feminina da Capital	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico I de Franco da Rocha	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina de Pirajuí	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO

UNIDADES PRISIONAIS	Pavilhão Escolar	Biblioteca	Pavilhão Trabalho	Unidade Básica de Saúde	Cozinha
Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Centro de Ressocialização Feminino de São José Rio Preto	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina de S'antana	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Centro de Ressocialização Feminino de São José dos Campos	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
Penitenciária Feminina I de Tremembé	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Penitenciária Feminina II de Tremembé	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Penitenciária Feminina de Tupi Paulista	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Penitenciária Feminina de Votorantim	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Tabela 9- Levantamento de espaços, equipamentos e mobiliário das unidades materno-infantis, creches, berçários e visitação por estabelecimento penal

UNIDADES PRISIONAIS	Creche	Ala Materno Infantil	Pavilhão visitação social	Pavilhão visitação íntima	Visitação Virtual
Centro de Ressocialização Feminino de Araraquara	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
Penitenciária Feminina de Campinas	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina da Capital	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico I de Franco da Rocha	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Centro de Ressocialização Feminino de Piracicaba	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina de Pirajuí	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM

UNIDADES PRISIONAIS	Creche	Ala Materno Infantil	Pavilhão visitação social	Pavilhão visitação íntima	Visitação Virtual
Centro de Ressocialização Feminino de Rio Claro	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Centro de Ressocialização Feminino de São José Rio Preto	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Penitenciária Feminina de S'antana	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Centro de Ressocialização Feminino de São José dos Campos	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Penitenciária Feminina I de Tremembé	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
Penitenciária Feminina II de Tremembé	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Penitenciária Feminina de Tupi Paulista	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Penitenciária Feminina de Votorantim	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

3. DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATENÇÃO ÀS MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL E SEUS FAMILIARES

No momento de elaboração deste plano, existem no estado 163 mulheres egressas do sistema prisional em acompanhamento nos 60 serviços especializados de atenção às pessoas egressas do sistema prisional – Centrais de Atenção ao Egresso, Egressa e Família

Acompanhamentos de Benefícios Judiciais		Egressa
Desinternação Condicional		6
Lei 9.099/95 - Suspensão Condicional do Processo		70
Liberdade Provisória		46
Livramento Condicional		278
Regime Aberto/PAD - Pena Inicial		339
Regime Aberto/PAD - Progressão		1906
Regime Aberto de Conversão de Prestação de Serviço à Comunidade		111
SURSIS Suspensão Condicional de Pena		115
Total		2871
Programas Sociais, Demandas Sociais e Previdenciárias	Egressa	Familiar
Auxílio Reclusão	0	50
Bolsa Família	3	1
Cesta Básica	35	30
Vestuário	5	1
Total	43	82
Educação e Capacitação	Egressa	Familiar
Cursos de Capacitação Profissional	26	0
Histórico Escolar/Certificados	4	11
Reinserção Escolar	4	0
Via Rápida	4	0
Total	38	11

Trabalho e Empregabilidade	Egressa	Familiar
Cooperativas	2	0
Elaboração e encaminhamento de Currículos	6	2
Emprega São Paulo	1	0
Encaminhamento para vagas de trabalho	16	0
Frente de Trabalho	4	0
Orientação para vagas de trabalho	11	3
Pró-Egresso – Cadastro	11	1
Time do Emprego	2	0
Total	50	6
Documentação Pessoal	Egressa	Familiar
Antecedentes Criminais	3	103
Cadstro de Pessoas Físicas (CPF)	3	0
Carteira de Reservista	1	0
Carteira de Trabalho	2	1
Certidão de Nascimento	5	0
Declaração de Direitos Políticos Suspensos	2	0
Declaração de União Estável	0	14
Reconhecimento de Paternidade	0	1
Registro de Recém-nascido	0	1
Registro Geral (RG)	14	2
Registro Nacional de Estrangeiro (RNE)	1	1
Título de Eleitor	9	1
Total	40	124
Documentação e demandas jurídicas	Egressa	Familiar
Acompanhamento de Benefícios Judiciais	208	17
Autorização de Extensão de Horário	12	0
Autorização de Viagem p/ Fora da Comarca	16	0
Certidão de Execução Criminal	5	0
Certidão de Extinção de Punibilidade	30	0

Certidão de Objeto e Pé	12	4
Documentação e demandas jurídicas	Egressa	Familiar
Indulto / Comutação de Penas	2	0
Mudança de Comarca	8	0
Mudança de Endereço	69	1
Ofício - Comparecimento	153	0
Ofício - Início - Primeiro Comparecimento	194	2
Ofício - Não-Comparecimento	20	0
Ofício - Término de Pena	67	0
Ofício de Justificativa de Ausência	21	0
Orientação Jurídica	145	14
Orientação sobre Benefícios Penais	229	8
Orientação sobre Situação Processual	91	11
Pena de Multa	4	0
Peticionamento eletrônico	264	0
Remição Por Estudo	2	0
Remição por Trabalho	3	1
Segunda Via de Carteira de Liberado	3	0
Total	1558	58
Documentação e Demandas Prisionais	Egressa	Familiar
Aproximação Familiar	0	30
Certidão de Recolhimento Prisional	14	670
Conexão Familiar	3	46
Localização de Reeducando	3	138
Orientação Normas SAP	5	132
Pecúlio	2	8
Quadro de Estudo	3	1
Quadro de Trabalho	2	0
Rol de Visitas	2	151
Total	34	1176

Demandas e Ações CAEF	Egressa	Familiar
Acompanhamento de Demandas em Andamento	115	290
Demandas e Ações CAEF	Egressa	Familiar
Apoio Psicossocial/Acolhimento	109	73
Auxílio Transporte	21	2
Contatos Diversos	128	336
Cópia de Documentos	94	89
Criação de E-mail	0	1
Participação em Palestras, Cursos e Projetos da CAEF	0	3
Passagem rodoviária	0	1
Protocolo de Retirada de Documentos	12	173
Total	479	968
Encaminhamentos	Egressa	Familiar
Cartório Eleitoral	12	1
Cartório Registro Civil	3	0
Centros e Postos de Atendimento ao Trabalhador (CAT/PAT)	23	1
Clínica-Escola / Universidades	1	0
Consulado/Embaixada	1	0
CRAS	7	4
Defensoria Pública	5	6
Fórum Criminal / Fórum Federal / DEECRIM	82	1
IIRGD/DECAD/Delegacias	1	0
Junta Militar	1	0

OAB	2	2
ONGs	6	1
Outros	17	35
Poupatempo	16	3
Previdência Social/INSS	0	49
Encaminhamentos	Egressa	Familiar
Programas Municipais de Apoio	8	0
Secretaria Municipal de Assistência Social	3	2
Serviços de Saúde Geral	8	9
Serviços de Saúde Mental	3	3
Total	199	117

Fonte: Relatório de Atendimento Mensal (RAM), 2023

Tabela 10- Perfil dos egressos em acompanhamento no Serviço Especializado de Atenção às Pessoas Egressas e seus familiares - Centrais de Atendimento ao Egresso e Família/CAEF

Nacionalidade	Faixa Etária	Estado Civil	Raça/Cor	Orientação Sexual	Identidade de Gênero
97,89% brasileiras 2,10% migrantes	35,52% entre 31 a 40 anos; 31,90% entre 21 a 30 anos; 20,54% entre 41 a 50 anos; 12,04% acima de 50.	56,48% - solteiras; 18,02% - união estável; 13,13% - casadas; 12,37% - outros	55,05% - Negra/Preta/Parda; 43,60% brancas; 1,35% indígenas, amarela	85,44% - heterossexual; 7,49% - homossexual; 3,62% - bissexual; 2,86% não declararam; 0,42% assexual e 0,17% - outras orientações	81,40% - cisgênero; 16,50% não se declararam; 0,59% homem transexual 1,26% mulher transexual e 0,25% travesti.

Moradia	Escolaridade	Trabalho	Renda Familiar
44,86% - residênciaalugada; 41,58% - residênciaprópria 10,27% - em residência cedida; 1,01% em imóvelinvadido/ocupação;	35,44% - EM/Técnico Completo; 24,75% - EF Incompleto;19,44% EM/Técnico Incompleto;	31,06% - desempregadas; 19,36% emprego informal; 17,34% empregoformal; 16,33% autônoma/MEI;	26,43% - 01 e 02 salários mínimos; 17% 01 salários mínimo; 14,31% abaixo de 01 salário mínimo; 14,48% sem
0,76% em centro deacolhida; 0,84% em condiçãode rua; 0,34% assentamentorual; 0,08% hotel social 0,26% - outros"* residênci alugada, própria e cedida(casa,apto, cômodo, barraco, etc)"	7,32% EF Completo; 6,98% EnsinoSuperior Incompleto; 4,04% EnsinoSuperior Completo; 1,09% Analfabeto; 0,17% Pós- Graduado 0,77 - outros	6,23% trabalhoeventual; 4,43% do lar; 2,36% aposentada; 1,09% estudante; 1,01% - BPC/LOAS; 0,51% servidorapública 0,25% cooperada.	renda; 11,53% entre 02 e 03 salários mínimos; 6,31% entre 03 e 05 salários mínimos; 2,10% entre 05 e 10 salários mínimos; 0,67% Acima de 10 salários mínimos 7,15% não informaram.

Fonte: Relatório de Atendimento Mensal (RAM), 2023

Gráfico 09 - Atividades desenvolvidas no Serviço Especializado de Atenção às Pessoas Egressas e seus familiares - Centrais de Atendimento ao Egresso e Família/CAEF



Fonte: Relatório de Atendimento Mensal (RAM), 2023

4. GESTÃO

Para elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas, programas e serviços voltados às mulheres em cumprimento de pena e egressas do Sistema Prisional, a Secretaria da Administração Penitenciária publicou a Resolução SAP nº 063/2024, de 29/5/2024, designando os novos membros do Comitê da Mulher Presa e Egressa do Sistema Prisional, constituído pela Resolução SAP-34, de 10-03-2014, assim, o Comitê Gestor está sob responsabilidade da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania na Presidência e Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário como Vice-Presidente.

No que concerne acerca das normativas estaduais específicas para o tratamento das mulheres privadas de liberdade e egressas, podemos citar:

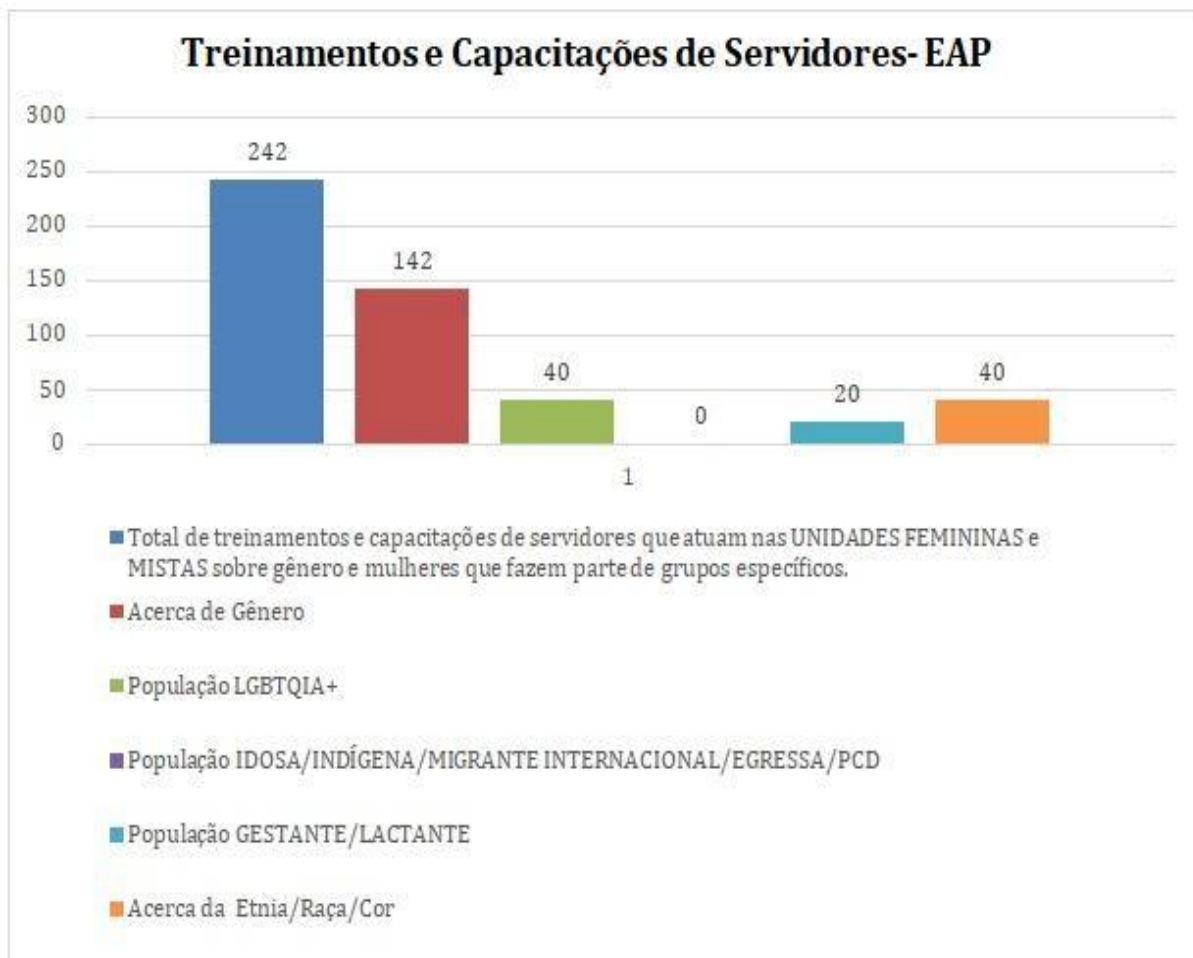
- Resolução SAP nº 096, de 27/12/2001 – que regulamenta a visita íntima para mulheres que cumprem pena em estabelecimentos prisionais de regime fechado e semi-aberto, subordinados à Secretaria da Administração Penitenciária.
- Resolução Conjunta SSP/SAP - 1, de 21-2-2005, que estabelece prioridade na transferência das presas grávidas recolhidas nas unidades da Secretaria da Segurança Pública, para os estabelecimentos prisionais da Secretaria da Administração Penitenciária.
- DECRETO Nº 57.783, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012 -Veda o uso de algemas em presas parturientes, nas condições que especifica.
- Resolução Conjunta SS/SJDC/SSP/SAP nº 1, de 27/02/12 - Veda o uso de algemas em presas gestantes, nas condições que especifica, e dá providências correlatas
- Resolução SAP - 132, de 17-9-2014 - Disciplina o encaminhamento das crianças após o período de amamentação ou, antes a pedido da mãe, que se encontra em cumprimento de pena nas unidades prisionais femininas que especifica, subordinadas a esta Pasta.
- Resolução SAP nº. 144, de 29 de junho de 2010 e alterações até dezembro de 2022, que estipula em seu Artigo 163, os itens de entrega ou remessa via Correios, produtos específicos para a população carcerária Feminina, do público LGBTQIA+ e produtos específicos para a Ala Materno-infantil.
- Resolução SAP - 151, de 26-12-2018 Reedita e modifica com alterações a Resolução SAP - 69, de 31-3-2010, que “Disciplina o credenciamento de entidades religiosas e

organizações não governamentais, e de seus representantes, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá outras Providências.

- Decreto Estadual 43.339, de 21 de julho de 1998, e Resolução SAMSP-16, de 09 de setembro de 1998, alterada pela Resolução SOG-9, de 14 de setembro de 2021, que estipula o cardápio padrão na administração direta estadual.
- Resolução SAP 153 de 2011 - regulariza visita íntima homoafetiva para presos.
- Resolução SAP nº. 116, de 27 de setembro de 2022, que dispõe sobre a utilização da ferramenta PIX para movimentação de valores por meio do - Projeto PIX - Conectando Pessoas e dá providências correlatas;
- Resolução SAP 49 de 2023- instituí nas unidades prisionais femininas a Visita Virtual.
- Resolução SAP 27 de 2024 - Institui parâmetros e procedimentos para atendimento à população LGBTQIA+ privada de liberdade no âmbito do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
- Normativos que regulam a assistência material das mulheres privadas de liberdade, como a Resolução SAP - 26, de 1-3-2013, que estabelece medidas de padronização para o fornecimento de materiais de higiene e vestuário aos presos custodiados em Unidades Prisionais do Estado de São Paulo – determina o fornecimento de Peças Íntimas de vestuário feminino; garante o fornecimento de absorvente íntimo, em quantidade suficiente; oferta de enxoval do recém- nascido e itens de higiene infantil.

Importante destacar ainda que a Secretaria da Administração Penitenciária através da Escola da Administração Penitenciária (EAP), investe na educação continuada, como estratégia de desenvolvimento profissional e organizacional permanente, bem como estimula a postura de autodesenvolvimento dos servidores, realizando treinamentos e capacitações de servidores que atuam nas UNIDADES FEMININAS e MISTAS, sobre gênero e mulheres que fazem parte de grupos específicos, corroborando para a formação específica e continuada de servidores para estarem aptos a desenvolverem suas funções nas unidades prisionais femininas do estado.

Gráfico 10 – Treinamentos e capacitação de Servidores



Fonte: Escola da Administração Penitenciária/2023

5. PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

Existem diversas parcerias e fontes de financiamento do estado para a atenção às mulheres nas unidades prisionais, como as realizadas com o governo federal, que podem ser exemplificadas a seguir pela demonstração através dos relatórios de ações monitoradas pelo comitê.

AÇÃO	FONTE DO RECURSO	UNIDADES PRISIONAIS (OU EQUIPAMENTO DE ATENÇÃO A EGRESSOS) EM QUE AS AÇÕES SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE E EGRESSAS ENVOLVIDAS, POR AÇÃO
Curso de corte e Costura para Mulheres Privadas de Liberdade	FEDERAL - Convênio PROCAP nº 822460/15 - SENAPPEN SAP/COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL CIDADANIA (CRSC)/SAP E	Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu	08 Turmas – 128 vagas
Projeto de Implantação da CAEF Mulher e Diversidade	FEDERAL Convênio nº 905561/2020/SEN NAPEN - Valor R\$554.954,00	Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania	100% da Procura e encaminhamento de outros órgãos. Atendimento portas abertas. Atendimentos às mulheres pré-egressas conforme delimitado no Projeto.

Fonte: COMPE/2024

6. REDES PARCEIRAS

A seguir exemplificaremos algumas ações com as redes parceiras do sistema prisional local (TJ, Organizações da Sociedade Civil, e Secretarias, que impactam no atendimento das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

AÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU EGRESSAS ENVOLVIDAS POR AÇÃO
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: AJUDA HUMANITARIA	CRSC/ RECOMEÇAR/ PASSARELA ALTERNATIVA/ CRUZ VERMELHA E FUNDO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SP	NÃO	CAEF MULHER DIVERSIDADE	650
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: CORTE CABELO	CRSC/ RECOMEÇAR/ PASSARELA ALTERNATIVA/ DADA FIOS DE OURO	NÃO	CAEF MULHER DIVERSIDADE	100
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: ATENDIMENTO MIGRANTES	CRSC/ RECOMEÇAR/ PASSARELA ALTERNATIVA/ ITTC	SIM	CAEF MULHER DIVERSIDADE	177
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: CURSO MODA	CRSC/ RECOMEÇAR/ PASSARELA ALTERNATIVA/ CRUZ VERMELHA E FUNDO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SP	SIM	CAEF MULHER DIVERSIDADE	28
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: ORIENTAÇÃO BOLA DE ESTUDOS	CRSC/ RECOMEÇAR/ PASSARELA ALTERNATIVA/ INSTITUTO NOVA ROTA	SIM	CAEF MULHER DIVERSIDADE	34
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: PALESTRAS/ ORIENTAÇÕES/ OFICINAS TEMÁTICAS	CRSC/ RECOMEÇAR/ PASSARELA ALTERNATIVA/ SEBRAE/ RECOMEÇAR/ ADESAMPA/ DIVERSIDADE A MESA	SIM	CAEF MULHER DIVERSIDADE	95
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: MÃES EM CÁRCERE PARA SERVIDORAS	CRSC/ EAP/ CONVIVE-DEFENSORIA	NÃO	CAEFS	SEM REGISTRO
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: PROJETO "LUZ, CÂMERA, REINTEGRAÇÃO"	CRN/ INSTITUTO AÇÃO PELA PAZ	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI, CR	60

			FEMININO DE ARARAQUARA	
AÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU EGRESSAS ENVOLVIDAS POR AÇÃO
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: PROJETO “DE PORTAS ABERTAS”	CRN/ INSTITUTO AÇÃO PELA PAZ	SIM	PENITENCIARIA DE FEMININA DE PIRAJUI, PENITENCIARIA DE FEMININA DE RIBEIRAO PRETO	100
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: PROJETO “TOCANDO EM FRENTE”	CRN/ INSTITUTO AÇÃO PELA PAZ	SIM	PENITENCIARIA DE FEMININA DE PIRAJUI	15
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: PROJETO “XEQUE-MATE”	CRN/ INSTITUTO AÇÃO PELA PAZ	SIM	PENITENCIARIA DE FEMININA DE PIRAJUI	30
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: PROJETO “PASSAPORTE”	CRN/ INSTITUTO AÇÃO PELA PAZ	SIM	PENITENCIARIA DE FEMININA DE PIRAJUI	30
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: PROJETO “AMOR +”	SOCIEDADE CIVIL VOLUNTARIADO	NAO	PENITENCIARIA DE FEMININA DE PIRAJUI	30
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: CURSO DE ARTESANATO EM FELTRO E EVA	FUNDO DE SOLIDARIEDADE DO MUNICIPIO	NÃO	PENITENCIARIA DE FEMININA DE PIRAJUI	20
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: PROJETO “CANAL LIBERDADE”	CRN/ FUNAP	SIM	PENITENCIARIA DE FEMININA DE RIBEIRAO PRETO, CR FEMININO DE ARARAQUARA	50
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: PROJETO “SAIDINHA CONSCIENTE”	EQUIPE TÉCNICA DA UNIDADE PRISIONAL – SOCIEDADE CIVIL	SIM	PENITENCIARIA DE FEMININA DE RIBEIRAO PRETO	100
AÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU

			EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	EGRESSAS ENVOLVIDAS POR AÇÃO
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: CONCURSO MISS PRIMAVERA	SOCIEDADE CIVIL: LOJAS COMÉRCIO LOCAL	NÃO	PENITENCIÁRIA FEMININA DE PIRAJUI, CR FEMININO DE ARARAQUARA	100
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: REESCREVENDO MINHA HISTÓRIA – MIL MULHERES	SEBRAE	SIM	TODAS AS UNIDADES	2000
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: DE OLHO NO FUTURO	FUNAP	SIM	TODAS AS UNIDADES	2561
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: TELEPORT EDUCACIONAL	SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL TELEPORT	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE CAMPINAS, PENITENCIÁRIA FEMININA I DE TREMembÉ, PENITENCIÁRIA FEMININA DE TUPI PAULISTA, CDP FEMININO DE FRANCO DA ROCHA, CR FEMININO DE PIRACICABA	415
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: MÃES EM CÁRCERE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SP	SIM	PENITENCIÁRIA FEMININA II DE TREMembÉ, PENITENCIÁRIA FEMININA DE PIRAJUI.	1000

AÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU EGRESSAS ENVOLVIDAS POR AÇÃO
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: FIOS DE ESPERANÇA – CONFECÇÃO DE PERUCA COM CABELO HUMANO PARA DOAÇÃO AO HOSPITAL DO CÂNCER	SOCIEDADE CIVIL	NÃO	CR FEMININO DE ARARAQUARA	8
REINTEGRAÇÃO SOCIAL: OFICINA DE TRANÇAS	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA	NÃO	CR FEMININO DE ARARAQUARA	24
ASSISTÊNCIA À SAÚDE: ACOMPANHAMENTO DE PEDIATRIA E PUERICULTURA	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ – MEDICINA	NÃO	PENITENCIÁRIA FEMININA II DE TREMEMBÉ	SEM REGISTRO
ASSISTÊNCIA JURÍDICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SP	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI, PENITENCIARIA FEMININA DE TUPI PAULISTA, CR FEMININO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SEM REGISTRO
ASSISTÊNCIA RELIGIOSA	IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE TUPI PAULISTA, PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI, PENITENCIARIA	2500

AÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	FEMININA DE RIBEIRAO PRETO, CR FEMININO DE ARARAQUARA UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU EGRESSAS ENVOLVIDAS POR AÇÃO
ASSISTENCIA RELIGIOSA	ASSEMBLEIA DE DEUS, PASTORAL CARCERÁRIA, CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE TUPI PAULISTA, PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI, PENITENCIARIA FEMININA DE RIBEIRAO PRETO, CR FEMININO DE ARARAQUARA	2500
ASSISTÊNCIA RELIGIOSA	ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO BELÉM, CABANA CHURCH, CENTRO ESPÍRITA FRANCISCO, CONGREGAÇÃO CRISTÃ, MINISTÉRIO MUDANÇA DE VIDA, TESTEMUNHA DE JEOVÁ	SIM	CR FEMININO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	100
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO	SIM	TODAS AS UNIDADES	2200
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	CENTRO PAULA SOUZA – CPS	SIM	PENITENCIÁRIA FEMININA DE TUPI PAULISTA, CR FEMININO DE ARARAQUARA	22

ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL CURSO MULHERES EMPREENDEDORAS	SEBRAE	SIM	CR FEMININO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	20
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL CURSO DE JARDINAGEM	FUNAP	SIM	CR FEMININO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	221
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – CURSO DE BRIGADEIRO GOURMET	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	SIM	CR FEMININO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	32
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – CURSO DE DESIGNER DE SOBRANCELHAS	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	SIM	CR FEMININO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI	55
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – CURSO DE MANICURE E PEDICURE	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	SIM	CR FEMININO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI, CR FEMININO DE ARARAQUARA	80
EDUCACIONAL – CURSO DE MAQUIAGEM PROFISSIONAL	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	SIM	CR FEMININO DE ARARAQUARA	20
EDUCACIONAL – CURSO DE CABELEREIRA	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI, CR FEMININO DE ARARAQUARA	40
EDUCACIONAL – CURSO DE SALGADEIRA	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI	20

ACÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU EGRESSAS ENVOLVIDAS POR ACÇÃO
EDUCACIONAL – CURSO DE ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA	UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI	20
ASSISTENCIA EDUCACIONAL – EM GASTRONOMIA	INSTITUTO PAULA SOUZA	SIM	CR FEMININO DE ARARAQUARA	02
EDUCACIONAL – CURSO DE TECNOLOGO EM ESTETICA E COSMETICA	UNIARA	SIM	CR FEMININO DE ARARAQUARA	01
EDUCACIONAL – TECNOLOGO EM RECURSOS HUMANOS	UNILINS	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI	35
EDUCACIONAL - CLASSES DESCENTRALIZADAS CPS	ETEC – CENTRO PAULA SOUZA	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE TUPI PAULISTA	18
EDUCACIONAL - CURSO DE FORMAÇÃO DE CHAPEIRO	UNP	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE SANTANA	46
EDUCACIONAL – CURSINHO DA POLI	POLISABER	SIM	CPP FEMININO DE SAO MIGUEL PAULISTA	7
EDUCACIONAL – GRADUAÇÃO MACKENZIE “SOCIAL DE RESIDENTES DO SISTEMA PRISIONAL	MACKENZIE	SIM	CPP FEMININO DE SÃO MIGUEL PAULISTA, FEMININA DA CAPITAL	13
PROGRAMA DE INCENTIVO A LEITURA “LIBERDADES PÓETICAS”	FUNAP/ LIBERDADES POÉTICAS	SIM	FEMININA DA CAPITAL	80

AÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU EGRESSAS ENVOLVIDAS POR AÇÃO
PROGRAMA DE INCENTIVO A LEITURA “PALAVRA MÁGICA”	FUNAP/ O DO LIVRO E DA LEITURA	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE RIBEIRÃO PRETO, CR FEMININO DE ARARAQUARA	223
PROGRAMA DE INCENTIVO A LEITURA – PROLIB “LENDO A LIBERDADE”	FUNAP	SIM	FEMININA DE TUPI PAULISTA, CR FEMININO DE ARARAQUARA, CR FEMININO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, PENITENCIARIA FEMININA II DE FEMININA DE CAMPINAS	140
PROGRAMA DE INCENTIVO A LEITURA – “OUÇA A SUA VOZ”	PALAVRA DA PAZ/FUNAP	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI, CDP FEMININO DE FRANCO DA ROCHA, FEMININA DE SANTANA, CR FEMININO DE PIRACICABA, CR FEMININO DE RIO CLARO, FEMININA DE TUPI PAULISTA, CR FEMININO DE DO RIO PRETO	339

AÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU EGRESSAS ENVOLVIDAS POR AÇÃO
PROGRAMA DE INCENTIVO A LEITURA	UNAERP	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI, PENITENCIARIA FEMININA DE RIBEIRAO PRETO	100
PROGRAMA DE INCENTIVO – LEITURA LIVRE “LEITURA PARA LIBERDADE”	FUNAP/ MULHERES DO BRASIL	SIM	CR FEMININO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	20
PROGRAMA DE INCENTIVO – LEITURA LIVRE “CLUBE DE LEITURA DEHONIANA”	FUNAP/ FACULDADES DEHONIANA	SIM	CR FEMININO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	33
PROGRAMA DE INCENTIVO – LEITURA LIVRE “LEITURA CIDADÃ UNITAU”	FUNAP/ UNITAU	SIM	PENITENCIÁRIA FEMININA I DE TREMEMBÉ, PENITENCIÁRIA FEMININA II DE TREMEMBE	107
PROGRAMA DE INCENTIVO – LEITURA LIVRE “LEITURA CIDADÃ UNITAU”	FUNAP/ FACULDADE DAS	SIM	CDP FEMININO DE FRANCO DA ROCHA, CPP FEMININO DE SÃO MIGUEL PAULISTA	94
PROGRAMA DE INCENTIVO – LEITURA LIVRE “DESFROUTE DEUS”	FUNAP/ DESFRUTE DEUS	SIM	PENITENCIÁRIA FEMININA DE MOGI GUAÇU, PENITENCIÁRIA FEMININA DE VOTORANTIM	59

AÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU EGRESSAS ENVOLVIDAS POR AÇÃO
PROGRAMA DE INCENTIVO A LEITURA – LEITURA LIVRE “KROTON SOCIAL PELA LEITURA”	FUNAP/ KROTON	SIM	PENITENCIÁRIA FEMININA DE MOGI GUAÇU	100
PROGRAMA DE INCENTIVO – LEITURA LIVRE “PROFUNAP”	FUNAP	SIM	FEMININA II DE TREMEMBÉ, FEMININA DE TUPI PAULISTA	35
PROGRAMA DE INCENTIVO – LEITURA LIVRE “MULHERES DO BRASIL”	FUNAP/ MULHERES DO BRASIL	SIM	CR FEMININO DE DO RIO PRETO	15
PROGRAMA DE INCENTIVO À LEITURA– LEITURA LIVRE “LIBERTANDO PALAVRAS”	FUNAP/UNISO	SIM	FEMININA DE VOTORANTIM	59
PROGRAMA DE INCENTIVO A LEITURA “VIRANDO A ”	FUNAP	SIM	CDP FEMININO DE FRANCO DA ROCHA, FEMININA DE CAMPINAS, PENITENCIARIA FEMININA DE MOGI GUAÇU, FEMININA II DE TREMEMBÉ	74

AÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU EGRESSAS ENVOLVIDAS POR AÇÃO
PROET (PROGRAMA E EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E CIDADANIA)	FUNAP	SIM	PENITENCIARIA FEMININA DE TUPI PAULISTA, PENITENCIARIA FEMININA DE PIRAJUI, CR FEMININO DE ARARAQUARA, PENITENCIARIA FEMININA DE RIBEIRAO PRETO, CR FEMININO DE DO RIO PRETO.	600
REINTEGRAÇÃO SOCIAL:PROJETO DIÁLOGOS DE ACOLHIMENTO E RESSOCIALIZAÇÃO PARA A VIDA E O TRABALHO	CRC/INSTITUTO AÇÃO PELA PAZ	SIM	PENITENCIÁRIA FEM DE VOTORANTIM	34
REINTEGRAÇÃO SOCIAL:CURSO DE DESIGNER DE SOBRANCELHAS	CRC/IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	SIM	PENITENCIÁRIA FEM DE VOTORANTIM	65

AÇÃO	PARCEIROS	HA INSTITUIÇÃO FORMAL DA PARCERIA	UNIDADES PRISIONAIS OU ATENÇÃO AO EGRESSO ONDE SÃO DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE OU EGRESSAS ENVOLVIDAS POR AÇÃO
REINTEGRAÇÃO SOCIAL:CURSO DE AUTOMAQUIAGEM“LIBERTANDO PALAVRAS”	CRC/IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	SIM	PENITENCIÁRIA FEM DE VOTORANTIM	45
REINTEGRAÇÃO SOCIAL:CURSO MANICURE/PEDICURE: EMBELEZAMENTO E SAÚDE DAS UNHAS	CRC/INSTITUTO AÇÃO PELA PAZ	SIM	PENITENCIÁRIA FEM DE VOTORANTIM	14
REINTEGRAÇÃO SOCIAL:PROJETO PAZ NO CORAÇÃO, LIBERDADE NA PRISÃO.	CRC/INSTITUTO AÇÃO PELA PAZ	SIM	PENITENCIÁRIA FEM DE VOTORANTIM	100
REINTEGRAÇÃO SOCIAL:MÃES EM CÁRCERE	CONVIVE - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SP	SIM	PENITENCIÁRIA FEM DE VOTORANTIM	172
ASSISTÊNCIA RELIGIOSA	IGREJAS CREDENCIADAS	SIM	PENITENCIÁRIA FEM DE VOTORANTIM	SEM DADOS QUANTITATIVOS
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA - NARCÓTICOS ANÓNIMOS	INSTITUIÇÃO CREDENCIADA	SIM	PENITENCIÁRIA FEM DE VOTORANTIM	70
PROJETO “LIBERTARTE”	COLETIVO “POETAS DO TIETÊ”	NÃO SE APLICA	HCTP I DE FRANCO DA ROCHA	20 (VINTE)
PROJETO “FESTA DA COLHEITA”	ASSOCIAÇÃO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA “PASSARELA ALTERNATIVA”	NÃO SE APLICA	HCTP I DE FRANCO DA ROCHA	60 (SESSENTA)

7. PLANO DE AÇÃO

7.1 Eixo Gestor

7.1.1 Comitê Gestor

Sub eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para alcance da meta	Órgãos envolvidas
Comitê Gestor	Nº de reuniões	Realizar 4 reuniões anuais do Comitê Gestor Estadual de Política de atenção às mulheres presas e egressas com a produção de atas, para monitoramento, avaliação, instituição de ações e parcerias, adequações necessárias.	2 reuniões semestrais	<p>Identificar e convocar os membros responsáveis por órgão/ citadas no decreto do Comitê;</p> <p>Criar agenda de reuniões e divulgar aos envolvidos o cronograma;</p> <p>Encaminhar pauta prévia aos atores para ampla discussão no momento dos encontros;</p> <p>Encaminhar atas para o Comitê e SENAPEN.</p>	MEMBROS DO COMITÊ, ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, MUNICIPAL, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, CONVIDADOS E COM ADERÊNCIA AO TEMA.

7.1.2 Base de Dados

Sub eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
BASE DE DADOS	Nº de mulheres privadas de liberdade na condição de mães com filhos de até 12 anos ou deficientes, grávidas, lactantes e parturientes e idosas, que tiveram o nome encaminhado para a DPE, MP, Vara de Execução Penal e/ou Infância Juventude.	Encaminhar listagem de mulheres presas na condição de mães com filhos de até 12 anos ou deficientes, grávidas, lactantes e parturientes e idosas, a DPE, MP, Vara de Execução Penal e/ou Infância Juventude. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Mensal	Criação de fluxo de encaminhamento da listagem de mulheres presas na condição de mães com filhos de até 12 anos ou deficientes, grávidas, lactantes e parturientes e idosas, a DPE, MP, Vara de Execução Penal e/ou Infância Juventude.	UNIDADES SAP E COMITÊ
BASE DE DADOS	Nº de Mulheres, trans e cis, Egressas dos Sistema Prisional com seus dados específicos atualizados	Levantamento de dados de mulheres egressas do sistema prisional em acompanhamento nos Serviços Especializados de	Mensal	Monitorar os dados de atendimento realizados pelas CAEFs.	DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA E FAMÍLIA (DAEF) DA DE SOCIAL E CIDADANIA/(CRSC/SAP

	(considerando gênero, raça e etnia, maternidade, deficiência, faixa etária, condição socioeconômica, situação processual entre outras) em acompanhamento nos Serviços Especializados de Atenção às Pessoas Egressas do sistema prisional e seus familiares	Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e seus familiares. 100% das pessoas atendidas mensalmente.			
--	--	--	--	--	--

7.1.3.Lotação das mulheres privadas de liberdade

Sub eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos envolvidas
LOTAÇÃO	Nº de mulheres privadas de liberdade em unidades prisionais mistas.	Não ter unidades prisionais mistas no ente federativo.	Julho/2027	Readequação de vagas em unidades da SAP.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, GABINETE DO SECRETÁRIO.

7.2 Eixo Promoção da Cidadania

7.2.1 Assistência Social

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos envolvidas
SOCIAL	Nº de mulheres privadas de liberdade com identificação civil.	Realizar a emissão da identificação civil de todas as mulheres privadas de liberdade que não tenham registro. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027- 100%	Realizar mutirões regulares de identificação. Solicitar a certidão de nascimento de todas mulheres custodiadas através das famílias e/ou ARPEN. Estabelecer Termo de Cooperação com órgão responsáveis pelas civis.	UNIDADES PRISIONAIS, HOSPITAIS DE CUSTÓDIA, IIRGD, DEFENSORIA PÚBLICA TRE, RECEITA FEDERAL.
SOCIAL	Nº de mulheres trans privadas de liberdade que o nome na certidão de nascimento dentro do	Realizar a retificação do nome de todas as mulheres trans privadas de liberdade que desejarem ter	2025 – 30% 2026 – 60% 2027- 100%	Realizar mutirões regulares de retificação. Solicitar a certidão de nascimento das mulheres custodiadas	UNIDADES PRISIONAIS, HOSPITAIS DE CUSTÓDIA, DEFENSORIA PÚBLICA, OAB, CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL.

	sistema penitenciário estadual.	o nome retificado. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%		através das famílias e/ou ARPEN. Sensibilizar as famílias para emissão da segunda via da certidão de nascimento. Sensibilizar as custodiadas sobre que retificarão o nome na certidão de nascimento.	
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos envolvidas
SOCIAL	Nº de mulheres egressas do sistema prisional com documentação civil básica (CPF, título de eleitor, carteira de trabalho e Previdência Social - RTPS) regularizada.	Estruturar fluxo para encaminhamento de mulheres egressas do sistema prisional para regularização de documentos junto a rede parceira. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027- 100%	Realizar mutirões regulares de identificação. Encaminhar as mulheres egressas para os serviços de identificação civil com declaração de identidade, quando for o caso.	UNIDADES PRISIONAIS, HOSPITAIS DE CUSTÓDIA, IIRGD, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, TRE, RECEITA FEDERAL.

SOCIAL	Nº de mulheres privadas de liberdade condenadas atendidas pela Comissão Técnica de Classificação.	Estruturar Comissões Técnicas de Classificação, em todos os presídios femininos, para trabalhar com a individualização da pena, no sentido de conhecer as especificidades de mulheres privadas de liberdade e realizar os devidos encaminhamentos. 12 meses – criação das CTCs 24 meses – 30% atendidas 36 meses – 70%	2025 – criação das CTCs 2026 - 30% Atendidas 2027- 70%	Criar a comissão técnica de classificação (CTC). Solicitar acompanhamento da CTC nas unidades femininas. Solicitar às prisões Resolutiva dos gerados pela CTC. Realizar reuniões semestrais com as Comissões das unidades femininas para acompanhamento das demandas.	UNIDADES DA SAP, GRUPO DE AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO (CRSC/SAP).
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos envolvidas
SOCIAL	Nº de mulheres privadas de liberdade com a guarda dos	Encaminhar solicitação de regularização de guarda dos filhos das mulheres	2025 – 30% 2026 – 60% 2027- 100%	Articular com as famílias das mulheres custodiadas a situação das	UNIDADES PRISIONAIS, HOSPITAIS DE CUSTÓDIA, DEFENSORIA

	seus filhos regularizada.	privadas de liberdade, para as defensorias públicas ou órgão similar e monitorar se ocorreu a regularização. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%		guardas dos filhos. Realizar busca ativa com mulheres custodiadas para identificar a situação da guarda dos filhos. Articular com a Defensoria Pública, através da política Mães Cárcere, tanto a regularização quanto a formação sobre direitos.	PÚBLICA DO ESTADO (CONVIVE-POLÍTICA MÃES EM CÁRCERE).
SOCIAL	Nº de mulheres privadas de liberdade atendidas pela assistência social da unidade.	Promover o atendimento das mulheres privadas de liberdade a assistência social nas unidades femininas para acesso a proteção social básica e outras demandas. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027- 100%	Realizar reuniões com os órgãos envolvidos na assistência social. Solicitar presença constante dos atores nas unidades prisionais. Orientar as equipes quanto ao Plano	UNIDADES PRISIONAIS, HOSPITAIS DE CUSTÓDIA, GRUPO DE AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO - GARS/COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP.

				Estadual e o sub eixo em tela.	
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos envolvidas
SOCIAL	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas para atendimento em serviços, programas, benefícios e projetos socioassistenciais.	Realizar mapeamento da rede socioassistencial disponível para atendimento a mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com a política de assistência social nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos das mulheres egressas para acompanhamento na rede socioassistencial, conforme as demandas identificadas. 12 meses – 30% 24 meses – 60%	Contínuo	Realização de anuais do Departamento de Atenção à Pessoa Egressa e Família (DAEF) que incluam este eixo. Articulação regular com as redes de apoio e organizações da sociedade civil das mulheres que não possuem para os serviços de assistência. Orientar as mulheres e servidores das CAEFs sobre os serviços de assistência e seus fluxos.	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA E FAMÍLIA (DAEF) DA COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC/SAP), REDE SOCIOASSISTENCIAL, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

		36 meses – 100%			
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos envolvidas
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Nº de familiares de mulheres privadas de liberdade encaminhados para acesso aos serviços, programas, benefícios e projetos .	Realizar mapeamento da rede socioassistencia l disponível para a população privada de liberdade e sua família, a partir da articulação com a política de assistência social nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhament os das famílias da mulher privada de liberdade para acompanhamen to na rede socioassistencia l, conforme as demandas identificadas. 12 meses – 30% 24 meses – 60%	Contínuo	Realização de Planejamentos anuais do Departamento de Atenção à Pessoa Egressa e Família (DAEF) que inclua este eixo. Articulação regular com as redes de apoio socioassistenciais e organizações da sociedade civil. Encaminhament o das mulheres que não possuem acompanhament o para os serviços de assistência. Orientar as mulheres e servidores das CAEFs sobre os serviços de assistência e seus fluxos.	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA E FAMÍLIA (DAEF) DA COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC/SAP), REDE SOCIOASSISTENCIAL, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

		36 meses – 100%			
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos envolvidas
SOCIAL	Nº de familiares de mulheres egressas do sistema prisional encaminhados para acesso aos serviços, programas, benefícios e projetos .	Realizar mapeamento da rede socioassistencial disponível para atendimento a familiares de mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com a política de assistência social nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos de familiares de mulheres egressas para acompanhamento na rede socioassistencial, conforme as demandas identificadas. 12 meses – 30% 24 meses – 60%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027- 100%	Realização de planejamentos anuais do Departamento de Atenção à Pessoa Egressa e Família (DAEF) que inclua este eixo. Articulação regular com as redes de apoio socioassistenciais e organizações da sociedade civil. Encaminhamento das mulheres que não possuem acompanhamento para os serviços de assistência. Orientar as mulheres e servidores das CAEFs sobre os serviços de assistência e seus fluxos.	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA E FAMÍLIA (DAEF) DA COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA/(CRSC/SAP, REDE SOCIOASSISTENCIAL, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

		36 meses – 100%			
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos envolvidas
SOCIAL	<p>Nº total de mulheres privadas de liberdade que receberam visitas.</p> <p>Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam visita dos filhos(as).</p> <p>Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam visita de parentes.</p> <p>Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam visita de pessoa amiga.</p> <p>Nº de mulheres privadas de liberdade que</p>	<p>Organizar atividades de convivência familiar (visita comum, social, de pátio, virtual, etc.) às mulheres privadas de liberdade.</p> <p>12 meses – 30%</p> <p>24 meses – 60%</p> <p>36 meses – 100%</p>	<p>2025 – 30%</p> <p>2026 – 60%</p> <p>2027- 100%</p>	<p>Busca ativa em canais nos sistemas da SAP para identificação de mulheres que não recebem visitas.</p> <p>Intervenção para estreitamento dos vínculos.</p> <p>Estimulação das visitas virtuais femininas.</p>	<p>COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC/SAP), ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA E FAMÍLIA (DAEF), REDE SOCIOASSISTENCIAL, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.</p>

	receberam visita de outros(as).				
--	---------------------------------	--	--	--	--

7.2.2 Assistência Material

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
ASSISTÊNCIA MATERIAL	Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam absorventes no período.	Manter a dignidade menstrual das mulheres privadas de liberdade. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027- 100%	Distribuir kits de absorvente para todas internas que adentrarem no sistema prisional. Realizar busca ativa das necessidades das mulheres que necessitam de utilizar uma maior quantidade de absorventes. Viabilizar parcerias para doação. Criar mecanismos para fabricação de absorventes em oficinas nas próprias	UNIDADES PRISIONAIS, FUNAP, PARCEIROS DA SOCIEDADE CIVIL E SENAPPEN.

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos envolvidas
ASSISTÊNCIA MATERIAL	Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam roupas íntimas: calcinha ou cueca e sutiã ou top.	Fornecer roupas íntimas para as mulheres privadas de liberdade. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Distribuir kit para todas internas que adentrarem no sistema prisional. Fazer a busca das necessidades das mulheres. Viabilizar parcerias para doação.	UNIDADES PRISIONAIS, FUNAP, PARCEIROS DA SOCIEDADE CIVIL E SENAPPEN.

7.2.3 Assistência à Saúde

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos envolvidas
SAÚDE	Nº de mulheres privadas de liberdade com doenças crônicas e/ou respiratórias que receberam atendimento médico.	Manter os dados das mulheres presas com doenças crônicas e/ou respiratórias atualizados e oferecer atendimento médico 12 meses – 30%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Monitorar mensalmente as mulheres com doenças crônicas. Ofertar serviços médicos para tratamento das doenças crônicas.	UNIDADES PRISIONAIS, HCTPS, DE SAÚDE/SAP, SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE SAÚDE, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES, SENAPPEN.

		24 meses – 60% 36 meses – 100%			
SAÚDE	Nº de mulheres vacinadas em períodos específicos agendados pelo ministério da saúde.	Todas as mulheres privadas de liberdade estarem vacinadas de acordo com os períodos específicos agendados pelo Ministério da Saúde. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Realizar mutirões durante as campanhas anuais de vacinação. Solicitar a equipe de saúde das unidades prisionais, atualização dos cartões de vacinas das mulheres privadas de liberdade.	UNIDADES PRISIONAIS, HCTPS, DE SAÚDE/SAP, SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE SAÚDE, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES, SENNAPEN.
SAÚDE	Nº de mulheres atendidas - saúde da mulher (ginecologia e mastologia).	Realizar atendimentos de ginecologia e mastologia a todas as mulheres privadas de liberdade. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Solicitar de saúde necessários para os atendimentos. Alinhar com a Secretaria de Saúde fluxos de atendimento para consulta com os especialistas. Solicitar a parceiros realização de exames de mamografia em todo o público.	UNIDADES PRISIONAIS, HCTPS, COORDENADORIA DE SAÚDE/SAP, SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE SAÚDE, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES, SENNAPEN.

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
SAÚDE	Nº de mulheres trans que realizam tratamento de hormonioterapia.	Realizar encaminhamento ao procedimento de hormonização às mulheres trans que desejarem. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Identificar as mulheres trans que desejam atendimento para hormonização. Solicitar encaminhamento à equipe de saúde nas unidades prisionais.	UNIDADES PRISIONAIS, HCTPS, COORDENADORIA DE SAÚDE/SAP, SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE SAÚDE, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES, SENAPPEN.
SAÚDE	Nº de mulheres gestantes que realizaram consulta de pré-natal.	Realizar atendimento pré-natal para todas as mulheres gestantes encarceradas. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Obter a identificação de mulheres que estejam gestantes. Assegurar Pré-natal regular com ginecologista e obstetra. Identificar as mulheres que tenham grávidas de alto risco e encaminhar para consultas especializadas.	UNIDADES PRISIONAIS, HCTPS, COORDENADORIA DE SAÚDE/SAP, SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE SAÚDE, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES, SENAPPEN.

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
SAÚDE	Nº de crianças que realizaram consultas médicas.	Realizar consultas médicas com pediatras em todas as crianças que acompanham suas mães na prisão. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Realizar a identificação de mulheres que estejam acompanhadas de seus filhos. Encaminhar para consulta de Crescimento e (CD) com o pediatra que nas unidades prisionais.	UNIDADES PRISIONAIS, HCTPS, COORDENADORIA DE SAÚDE/SAP, SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE SAÚDE, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES, SENAPPEN.
SAÚDE	Nº de mulheres puérperas e lactantes que realizaram consultas pós-parto.	Realizar atendimentos pós-parto a todas as mulheres puérperas e lactantes. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Identificar mulheres puérperas e lactantes. Solicitar prisionais, acompanhamento médico.	UNIDADES PRISIONAIS, HCTPS, COORDENADORIA DE SAÚDE/SAP, SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE SAÚDE, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES, SENAPPEN.
SAÚDE	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas para	Realizar mapeamento da rede de saúde disponível para atendimento a mulheres egressas do	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Inserir nos sistemas informatizados da SAP os casos emergenciais de saúde de mulheres pré	DE E CIDADANIA (DAEF E GARS), UNIDADES PRISIONAIS, HCTPS, DE SAÚDE/SAP, SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE

	<p>atendimento em serviços de atenção à saúde, inclusive saúde mental.</p>	<p>sistema prisional, a partir da articulação com a política de saúde nos municípios e estados realizar orientações e encaminhamentos das mulheres egressas para acompanhamento na rede de saúde conforme as demandas identificadas.</p>		<p>egressas que demandem cuidado após a soltura. Levantar demandas de saúde e efetivar aos serviços públicos existentes. Orientar as mulheres sobre o funcionamento dos fluxos de atendimento existente na rede de assistência e saúde para as egressas. Alinhar juntos às unidades de custódia da SAP demandas emergenciais de saúde das pré-egressas para que as CAEFs possam realizar buscas nos serviços de saúde dos municípios.</p>	<p>SAÚDE, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES, SENAPPEN.</p>
--	--	--	--	---	--

7.2.4 Assistência à Educação, Cultura e Esporte

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
EDUCAÇÃO	Nº total de mulheres privadas de liberdade em educação formal.	Aumentar o número de mulheres privadas de liberdade em educação formal. META SENAPPEN 12 meses - 5% 24 meses - 15% 36 meses - 20% META FUNAP 12 meses – 2% 6%	2025 – 2% 2026 – 4% 2027 – 6%	Elevar a oferta da educação básica, nas Penitenciárias Femininas. Elevar o número de inscritos nos Exames Nacionais ENCCEJA e ENEM PPL. Implantação de Projetos Complementares voltados para cultura, esporte e lazer. Aperfeiçoar os sistemas de monitoramento.	GRATES, UNIDADES PRISIONAIS, SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, SENAPPEN.
EDUCAÇÃO	Nº de mulheres privadas de liberdade negras em educação formal.	Aumentar o número de mulheres negras em educação formal. META SENAPPEN 12 meses - 5% 24 meses - 15% 36 meses - 20% META FUNAP 12 meses – 2% 24 meses – 4 %	2025 – 2% 2026 – 4% 2027 – 6%	Elevar a oferta da educação básica, nas Penitenciárias Femininas. Elevar o número de inscritos nos Exames Nacionais ENCCEJA e ENEM PPL.	GRATES, UNIDADES PRISIONAIS, SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, SENAPPEN.

		36 meses – 6%		Implantação de Projetos Complementares voltados para a cultura, esporte e lazer. Aperfeiçoar os sistema de monitoramento onde conste os dados das mulheres negras presas.	
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
EDUCAÇÃO	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas para acesso à educação formal.	Realizar mapeamento da rede de educação disponível para atendimento a mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com a política de educação nos municípios e estados; e realizar orientações e das mulheres egressas para na rede de educação conforme as	2025 – 5% 2026 – 15% 2027 – 20%	Potencializar as articulações com organizações da sociedade civil voltadas ao apoio à educação do ensino formal. Garantir o recebimento de históricos escolares e diplomas à todas as pessoas egressas que terminaram ensino formal dentro de unidades	COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA/SAP ATRAVÉS DO DAEF E GCAE (CRSC)/SAP, SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, FUNAP. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS.

		<p>demandas identificadas.</p> <p>12 meses – 5%</p> <p>24 meses – 15%</p> <p>36 meses – 20%</p>		<p>prisionais.</p> <p>Fomentar e Estimular a continuidade do ensino formal, após a liberdade.</p>	
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
EDUCAÇÃO	Nº total de mulheres privadas de liberdade em atividade de remição pela leitura.	<p>Aumentar 50% o número de mulheres privadas de liberdade em atividades de remição pela leitura.</p> <p>META SENAPPEN</p> <p>12 meses - 5%</p> <p>24 meses - 15%</p> <p>36 meses - 20%</p> <p>META FUNAP</p> <p>12 meses – 3%</p> <p>24 meses – 6 %</p> <p>36 meses – 9%</p>	<p>2025 – 3%</p> <p>2026 – 6%</p> <p>2027 – 9%</p>	<p>Desenvolver programas de leitura adaptados às necessidades e interesses das mulheres encarceradas, de modo a incluir uma variedade de gêneros e formatos de leitura, desde livros de ficção e não ficção até revistas e jornais.</p> <p>Promover oficinas regulares de discussão de leitura.</p> <p>Implementar sistemas de incentivo e reconhecimento para incentivar a participação ativa nas</p>	<p>FUNAP, GRATES, UNIDADES PRISIONAIS, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES.</p>

				<p>atividades de leitura.</p> <p>Realizar campanhas de arrecadação de livros em parcerias com editoras locais e bibliotecas para garantir o acesso contínuo a uma ampla variedade de materiais de leitura.</p> <p>Fortalecer os sistemas de monitoramento.</p>	
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
EDUCAÇÃO	Nº de mulheres privadas de liberdade negras em remição pela leitura.	<p>Aumentar o número de mulheres negras em remição pela leitura.</p> <p>META SENAPPEN</p> <p>12 meses - 5%</p> <p>24 meses - 15%</p> <p>36 meses - 20%</p> <p>META FUNAP</p> <p>12 meses – 4%</p> <p>24 meses – 8%</p> <p>36 meses – 12%</p>	<p>2025 – 4%</p> <p>2026 – 8%</p> <p>2027 – 12%</p>	<p>Ampliar exemplares de livros de autores e autoras negros/as.</p> <p>Desenvolver programas de leitura adaptados às necessidades e interesses das mulheres encarceradas, de modo a incluir uma variedade de gêneros e</p>	FUNAP, GRATES, UNIDADES PRISIONAIS, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES.

				<p>formatos de leitura, desde livros de ficção e não ficção até revistas e jornais.</p> <p>Promover oficinas regulares de discussão de leitura.</p> <p>Implementar os sistemas de incentivo e reconhecimento para incentivar a participação ativa nas atividades de leitura.</p> <p>Realizar campanhas de arrecadação de livros em parcerias com editoras locais e bibliotecas para garantir o acesso contínuo a uma ampla variedade de materiais de leitura.</p> <p>Fortalecer os sistemas de monitoramento.</p>	
--	--	--	--	---	--

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
EDUCAÇÃO	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas para ensino	Realizar mapeamento da rede de educação profissional disponível para atendimento a mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com as ações de nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos para mulheres egressas para conforme as demandas identificadas.	2025 – 15% 2026 – 30% 2027 – 40%	Potencializar as articulações com organizações da sociedade civil voltadas ao apoio à educação ensino complementar e profissionalizantes. Garantir o recebimento de históricos escolares e diplomas à todas as pessoas egressas que terminaram ensino complementar e profissionalizantes dentro de Unidades prisionais. Fomentar e estimular a continuidade do ensino complementar e após a liberdade.	GCAE/COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP, DAEF/COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP, UNIVERSIDADES, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, IGREJAS, INSTITUTOS.

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
EDUCAÇÃO	Nº total de mulheres privadas de liberdade em ensino	Aumentar o número de mulheres privadas de liberdade em ensino <i>META SENAPPEN</i> 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 20%” <i>META FUNAP</i> 12 meses – 2% 24 meses – 4% 36 meses – 6	2025 – 2% 2026 – 4% 2027 – 6%	Ampliar a oferta de cursos de capacitação. Estabelecer colaborações com escolas técnicas, universidades, organizações da sociedade civil e associações religiosas para fornecer cursos e certificações reconhecidas.	FUNAP, GRATES, UNIDADES PRISIONAIS, UNIVERSIDADES, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, IGREJAS, INSTITUTOS.
EDUCAÇÃO	Nº de mulheres privadas de liberdade negras em ensino	Aumentar o nº de mulheres privadas de liberdade negras em ensino <i>META SENAPPEN</i> 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 20%” <i>META FUNAP</i> 12 meses – 3% 24 meses – 6% 36 meses – 9%	2025 – 3% 2026 – 6% 2027 – 9%	Ampliar a oferta de cursos de capacitação. Ampliar parcerias e estabelecer colaborações com escolas técnicas, universidades, organizações da sociedade civil e associações religiosas para fornecer cursos e certificações reconhecidas que tenham	FUNAP, GRATES, UNIDADES PRISIONAIS, UNIVERSIDADES, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, IGREJAS, INSTITUTOS, CENTRO DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS/GA RS/CRSC.

				como sua missão a questão racial.	
EDUCAÇÃO	Nº de mulheres privadas de liberdade e egressas que participaram de ações de violência doméstica contra a mulher.	Realizar ações de enfrentamento a violência doméstica contra mulher (ex: palestras, workshops, etc) 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 30%	Anual - Março e/ou Agosto, considerando o mês internacional da mulher e o Agosto Lilás – mês do à violência contra a mulher.	Realizar Campanha Formativa de enfrentamento da violência contra mulher para servidores e servidoras, pessoas egressas e seus familiares e pessoas em alternativas penais.	FUNAP, GRATES, UNIDADES PRISIONAIS, UNIVERSIDADES, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, IGREJAS, INSTITUTOS, GCAE/DAEF/GARS DA COORDENADORA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
ESPORTE	Nº de mulheres privadas de liberdade que realizaram atividades esportivas.	Incluir 15% do quantitativo de mulheres presas em atividades esportivas e de remição por atividades esportivas, nas unidades prisionais femininas (podendo ser jogos de tabuleiro, dança ou relaxamento). <i>META SENAPPEN</i> 12 meses – 5% 24 meses – 10% 36 meses – 15%” <i>META FUNAP</i>	2025 – 2% 2026 – 4% 2027 – 6%	Realizar parcerias com a administração pública, organização da sociedade civil e empresas para realização de atividades esportivas. Criar programas esportivos adaptados às necessidades e habilidades das mulheres encarceradas. Integrar	FUNAP, GRATES, UNIDADES PRISIONAIS, UNIVERSIDADES, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, IGREJAS, INSTITUTOS.

		<p>12 meses – 2%</p> <p>24 meses – 4%</p> <p>36 meses – 6%</p>		<p>atividades esportivas com programas de saúde mental e bem-estar, reconhecendo os benefícios terapêuticos do exercício físico para a saúde mental e emocional das mulheres encarceradas. Implementar sistemas de reconhecimento para incentivar a participação e o comprometimento das mulheres nas atividades esportivas.</p>	
CULTURA	<p>Nº de mulheres participantes de atividades culturais realizadas (ex: sarau literário, cinema, teatro, música, etc.):</p>	<p>Incluir 30% do quantitativo de mulheres presas em atividades de remição por atividades culturais, podendo ser por meio do cinema e da música.</p> <p><i>META SENAPPEN</i></p> <p><i>12 meses – 5%</i></p> <p><i>24 meses – 15%</i></p> <p><i>36 meses – 30%”</i></p>	<p>2025 – 3%</p> <p>2026 – 6%</p> <p>2027 – 9%</p>	<p>Planejar e organizar eventos culturais regulares, como Saraus literários, sessões de cinema, apresentações teatrais e concertos musicais. Convidar artistas,</p>	<p>FUNAP, GRATES, UNIDADES PRISIONAIS, UNIVERSIDADES, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, IGREJAS, INSTITUTOS, COLETIVOS ARTÍSTICOS.</p>

		<p><i>META FUNAP</i></p> <p>12 meses – 3%</p> <p>24 meses – 6%</p> <p>36 meses – 9%</p>		<p>escritores, cineastas, atores e músicos locais para participar e se apresentar nos eventos culturais realizados nas instituições prisionais. Estabelecer grupos e oficinas artísticas onde as mulheres possam explorar e desenvolver suas habilidades em diferentes formas de expressão artística, como escrita criativa, produção cinematográfica, dramaturgia e performance musical. Integrar atividades culturais com programas educativos, permitindo que as mulheres aprendam sobre história da arte, literatura,</p>	
--	--	---	--	---	--

				cinema e música.	
--	--	--	--	------------------	--

7.2.5 Assistência ao Trabalho e Renda

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
TRABALHO E RENDA	Nº total de mulheres privadas de liberdade em atividades laborais.	Aumentar em 20% o número de mulheres privadas de liberdade em atividades laborais. <i>META SENAPPEN</i> 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 20% <i>META FUNAP</i> 12 meses – 7% 24 meses – 14% 36 meses – 21%	2025 – 7% 2026 – 14% 2027 – 21%	Pensar as atividades produtivas para as mulheres privadas de liberdade de acordo com as possibilidades de trabalho no pós cárcere. Viabilizar financiamentos para ampliação de espaços para oficinas de trabalho e/ou geração de renda. Assegurar que os locais de trabalho dentro do sistema prisional sejam adequados, seguros e propícios ao desenvolvimento profissional. Criar programas de apoio que ajudem as mulheres a se conectarem com o mundo do trabalho e geração de renda. Fornecer certificados de conclusão de cursos e experiências de trabalho que sejam reconhecidos pelo mercado e valorizadas as competências adquiridas.	FUNAP, UNIDADES PRISIONAIS, GRATES SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS, UNIVERSIDADES, SNAPPEN.

				Ampliar parcerias para oferta de atividades de geração de renda.	
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
TRABALHO E RENDA	Nº de mulheres privadas de liberdade negras em atividades laborais.	Aumentar o número de mulheres negras privadas de liberdade principalmente em espaços onde exija qualificação técnica. <i>META SENAPPEN</i> 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 20% <i>META FUNAP</i> 12 meses – 8% 24 meses – 16% 36 meses – 24%	2025 – 8% 2026 – 16% 2027 – 24%	Pensar as atividades produtivas para as mulheres privadas de liberdade de acordo com as possibilidades de trabalho no pós cárcere. Viabilizar financiamentos para ampliação de espaços para oficinas de trabalho e/ou geração de renda. Assegurar que os locais de trabalho dentro do sistema prisional sejam adequados, seguros e propícios ao desenvolvimento profissional. Criar programas de apoio que ajudem as mulheres a se conectarem com o mundo do trabalho e geração de renda. Fornecer certificados de conclusão de cursos e experiências de trabalho que sejam reconhecidos pelo mercado e valorizadas as competências adquiridas. Ampliar parcerias com organizações para oferta de atividades de geração de	FUNAP, UNIDADES PRISIONAIS, GRATES SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS.

				renda para mulheres pretas/negras e pardas.	
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
TRABALHO E RENDA	Nº de mulheres privadas de liberdade envolvidas em mostras laborais.	Organizar anualmente uma mostra laboral de itens produzidos nas unidades prisionais.	2025 – 7% 2026 – 14% 2027 – 21%	Prospectar parcerias para implantação de oficinas dentro das unidades da SAP onde as mulheres possam aprender e trabalhar em atividades produtivas, como artesanato, moda, construção civil, fabricação de produtos diversos, agricultura, etc. Fomentar cooperativas onde as mulheres possam trabalhar coletivamente, aprendendo habilidades empresariais e de gestão. Firmar parcerias com empresas para que ofereçam trabalhos dentro da unidade prisional, garantindo remuneração justa e experiência profissional.	FUNAP, UNIDADES PRISIONAIS, GRATES SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS, UNIVERSIDADES.
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
TRABALHO E RENDA	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas	Realizar mapeamento da rede de inserção no mercado de trabalho	2025 – 5% 2026 – 15% 2027 – 30%	Elaborar as atividades produtivas para as mulheres egressas de acordo com as capacitações e atividades laborais realizadas durante	GCAE/ DAEF DA COORDENADORA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

	<p>para inserção no mercado formal de trabalho.</p>	<p>disponível para acesso de mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com as ações de geração de renda nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos das mulheres egressas para inserção no mercado de trabalho conforme as demandas identificadas.</p> <p>12 meses – 5%</p> <p>24 meses – 15%</p> <p>36 meses – 30%</p>		<p>a privação de liberdade.</p> <p>Prospectar parcerias para que as mulheres possam aprender a trabalhar em atividades produtiva. Firmar parcerias com empresas para que ofereçam trabalhos garantindo remuneração justa e experiência profissional.</p> <p>Fomentar, implantar e potencializar as políticas públicas de trabalho para pessoas egressas, como a PNAT, o Pró Egresso Estadual e os municipais.</p> <p>Implantar a Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, no âmbito das resoluções nº 307, de 17 de setembro de 2019, e nº 497, de 14 de abril de 2023, do Conselho Nacional de Justiça.</p>	<p>(CRSC)/SAP, SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS, UNIVERSIDADES.</p>
--	---	--	--	--	---

7.2.6 Assitência Jurídica

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos I envolvidas
	Nº de mulheres privadas de liberdade atendidas pela Defensoria Pública.	Não existir mulheres privadas de liberdade e sem atendimento jurídico na unidade prisional. 12 meses – 80% 24 meses – 40% 36 meses – 100%	2025 – 80% 2026 – 40% 2027 – 100%	Articular com a Defensoria Pública para que ocorram mutirões nas unidades prisionais femininas. Ampliar convênios com faculdades de Direito e Serviço Social do Estado oportunidades de estágio supervisionado e voluntário unidades prisionais. Realizar parcerias com a OAB.	UNIDADES PRISIONAIS, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, FUNAP, OAB INSTITUTOS, UNIVERSIDADES.
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
	Nº de mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas para assistência jurídica.	Realizar mapeamento da rede de ofertas de assistência jurídica disponível para acesso de mulheres egressas do	Contínuo	Potencializar fluxos de encaminhamentos de mulheres egressas do sistema prisional para atendimento junto às Defensorias Públicas. Ampliar parcerias para atendimento jurídico com universidades, instituições da sociedade civil e OAB.	DAEF/COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, DEFENSORIA

		<p>sistema prisional, a partir da articulação com as ações de assistência jurídica nos municípios e estados; e realizar orientações e das mulheres egressas para assistência jurídica conforme as demandas identificadas.</p>		<p>Efetivar formação básica para as CAEFs na área jurídica pertinente às necessidades das pessoas egressas.</p>	<p>PÚBLICA DA UNIÃO, OAB, INSTITUTOS, UNIVERSIDADES.</p>
--	--	---	--	---	--

7.2.7 Assistência Religiosa

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
RELIGIOSA	<p>Nº total de mulheres participantes em atividades religiosas, tais como, Evangélica, Católica, Espiritismo, Matriz africana, entre outras.</p>	<p>Oferecer acesso à assistência religiosa viabilizando a diversidade de crenças.</p> <p>12 meses – 25%</p> <p>24 meses – 50%</p> <p>36 meses – 100%</p>	<p>2025 – 25%</p> <p>2026 – 50%</p> <p>2027 – 100%</p>	<p>Convidar diferentes associações religiosas para realizar ações dentro das unidades da SAP.</p> <p>Realizar as atividades religiosas com regularidade.</p>	<p>UNIDADES PRISIONAIS GARS/COORDENADORA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP, ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS.</p>

7.3 Maternidade e Infância

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
MATERNIDADE E INFÂNCIA	Nº de mulheres com crianças e gestantes no sistema prisional estadual.	Diminuir o número de mulheres gestantes e acompanhadas de crianças no sistema prisional estadual. 12 meses – 100% 24 meses – 80% 36 meses – 40%	2025 – 100% 2026 – 80% 2027 – 40%	Realizar o levantamento do público alvo. Identificar as pessoas que podem se tornar responsáveis pelos filhos e fortalecer o vínculo. Fortalecer a política de planejamento familiar às mulheres que desejarem.	UNIDADES PRISIONAIS, DAEF/GARS/ DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP, DEFENSORIA PÚBLICA, SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE ESTADUAIS E MUNICIPAIS, VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL.
MATERNIDADE E INFÂNCIA	Nº de mulheres acompanhadas com crianças e gestantes em espaços adequados as suas necessidades (local apartado, adequado para o aleitamento materno, com	Alocar todas as mulheres acompanhadas e com filhos em lugares separados das demais mulheres presas e adequadas às suas necessidades. 12 meses – 30% 24 meses – 60%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Realizar o levantamento do público alvo. Solicitar a compra de material necessário para adaptação dos espaços. Articular com a SENAPPEN convênio para aquisição de itens necessários de berçários. Ampliar parcerias para doações.	UNIDADES PRISIONAIS, GARS/COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP, DEFENSORIA PÚBLICA, SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE ESTADUAIS E MUNICIPAIS, VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL, SETOR DE ENGENHARIA/SAP

	lixeira com tampa, chuveiro aquecido, cama, berço, colchão, boa ventilação e iluminação, água corrente e potável disponível 24h, fácil acesso às assistências.	36 meses – 100%			
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
MATERNIDADE E INFANCIA	Nº de mulheres egressas do sistema prisional mães e/ou gestantes em Serviços Especializados de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e aos seus familiares.	Levantamento de dados de mulheres egressas do sistema prisional, mães e/ou gestantes, em nos Serviços Especializados de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e aos seus familiares. 12 meses – 30%	2025 – 30% 2026 – 60% 2027 – 100%	Articulação com as varas de execução para às CAEFs de mulheres, público alvo do subeixo. Realizar busca ativa do público. Levantar suas principais demandas para realizar os devidos . Criar momentos com grupos familiares e pessoas egressas visando fomentar estratégias de governo participativo.	DAEF/GARS/COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP, VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, VARA DE EXECUÇÃO CRIMINAL, SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

		24 meses – 60%			
		36 meses – 100%			

7.4 Eixo Modernização do Sistema Prisional

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
USO DE TECNOLOGIA DIGITAL	Nº de mulheres participantes visitas virtuais.	Executar atividades de visitas virtuais entre mulheres presas e familiares cadastrados em todas as unidades prisionais femininas ou mistas. 12 meses – 15% 24 meses – 30% 36 meses – 50%	2025 – 15% 2026 – 30% 2027 – 50%	Aparelhar todas as unidades prisionais femininas com equipamentos para teleaudiências. Inserir dados nos sistemas da SAP para acesso a informação sobre mulheres que não recebem visita presencial para priorizar o atendimento destas nas visitas virtuais.	COMITÊ, UNIDADES PRISIONAIS COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP, DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA SAP.

7.5 Eixo Formação e Capacitação de Servidores

Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
GRUPO VULNERÁVEIS	Nº de servidores capacitados sobre a temática específica de mulheres, população LBTIQI+, idosas, estrangeiras, indígenas e pessoas com deficiência.	Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuam nas unidades femininas quanto a temática específica de mulheres, população LBTIQI+, idosas, estrangeiras, indígenas e pessoas com deficiência. Meta SENAPPEN 12 meses – 25% 24 meses – 60% 36 meses – 100% META EAP 12 meses – 25% 24 meses – 60% 36 meses – 80%	2025 – 25% 2026 – 60% 2027 – 80%	Inserir na matriz curricular das escolas ou academias de formação penitenciária, a temática específica de mulheres, população LBTIQI+, idosas, estrangeiras, indígenas e pessoas com deficiência. Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuam nas unidades femininas e servidores que atuam nas unidades das CAEFS e CPMAS quanto ao conteúdo das notas técnicas publicadas pelo SENAPPEN.	ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (EAP), COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP, ATRAVÉS DO GRUPO DE AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO (GARS), PARCEIROS.
MULHERES EGRESSAS	Nº de servidores capacitados em temáticas transversais a condição da mulher egressa do sistema prisional.	Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuam nos serviços especializados de atenção às pessoas egressas do sistema prisional e	2025 – 25% 2026 – 60% 2027 – 80%	Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuam nas CAEFS e CPMAS quanto às temáticas pertinentes aos serviços.	ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (EAP), COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

		familiares quanto a temáticas transversais ao público de mulheres egressas do sistema prisional. Meta SENAPPEN 12 meses – 25% 24 meses – 60% 36 meses – 100% META EAP 12 meses – 25% 24 meses – 60% 36 meses – 80%			(CRSC)/SAP, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA E FAMÍLIA (DAEF) E GRUPO DE AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO (GARS), PARCEIROS
Sub Eixo	Indicador	Meta	Cronograma para atingir a meta	Estratégia para o alcance da meta	Órgãos Instituições envolvidas
SAÚDE MENTAL	Nº de servidores capacitados quanto à saúde mental do servidor e das mulheres privadas de liberdade.	Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuem nos serviços especializados quanto mental dos servidores e das privadas de liberdade. Meta SENAPPEN 12 meses – 25% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	2025 – 25% 2026 – 60% 2027 – 80%	Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuam nas unidades femininas quanto à saúde mental.	ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (EAP), COORDENADORIA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA (CRSC)/SAP, ATRAVÉS DO GRUPO DE AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO (GARS), PARCEIROS.

		<p>META EAP</p> <p>12 meses – 25%</p> <p>24 meses – 60%</p> <p>36 meses – 80%</p>			
--	--	---	--	--	--

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

a) O acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações realizadas pelo órgão de administração prisional, serão acompanhadas pelo Comitê por meio de relatórios estatísticos e fotográficos.

b) O acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações realizadas pela Rede Parceira se dará por meio de relatórios que serão encaminhados ao Comitê Gestor sobre o desenvolvimento das ações realizadas que avaliará seu desenvolvimento.

c) A participação do Comitê Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional se dará com a integração e o acompanhamento realizado pelos órgãos da execução penal, teremos integração permanente por meio de acompanhamento para concessão de Benefícios (ex. indulto, substituição de pena de prisão preventiva por prisão domiciliar entre outros).

d) A Publicidade das ações desenvolvidas será efetuada por meio da elaboração de Relatórios, bem como, inserção de dados estatísticos em banco de dados e ainda divulgação na Imprensa SAP e intranet;

e) O Acompanhamento, Monitoramento, Avaliação e a implementação do presente plano, será a de Monitoramento in loco, que possibilitarão a recolha de informações e de dados. Parte destes dados serão obtidos através de indicadores de processo que permitirão uma avaliação focada na gestão e no funcionamento dos processos de trabalho implícitos à implementação do plano, e através de indicadores de resultados que possibilitarão avaliar em que medida as propostas atingidas são compatíveis com os esperados; qual o tipo de benefício a população privada de liberdade feminina está de fato recebendo; se os serviços recebidos por esta população estão de acordo com as metas originalmente propostas, etc. A coleta e tratamento destes dados será de responsabilidade dos Membros do Comitê da Mulher Presa

e Egressas do Sistema Prisional de São Paulo e Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário.

9. ANEXOS

Inserir os anexos relevantes para o Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.

Os contratos estão sendo anexados no link:

https://drive.google.com/drive/folders/1xJGZ4swWlUo3-alyOqWy9H-5_ClxcdB5